Atrocidades contra 2 milhões de civis

‘700 crianças foram mortas na Faixa de Gaza’, afirma Unicef

Israel corta água, luz, medicamentos, comida e bombardeia população

A porta-voz do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Sara Al Hattab, afirmou à rede de TV CNN, que mais de 700 crianças foram mortas na Faixa de Gaza e outras 2.450 foram feridas desde o sábado (7), quando o conflito entre o Hamas e Israel teve início, até o último sábado (14). “De acordo com os últimos relatórios das autoridades de saúde locais e da mídia, pelo menos 2.215 palestinos foram mortos, incluindo mais de 700 crianças, e mais de 8.714 pessoas ficaram feridas, incluindo mais de 2.450 crianças”. **Página 7**

AFP

HORA DO POVO
ANO XXXIII - Nº 3.927 18 a 24 de Outubro de 2023

Ricardo Stuckert - PR

Lula conversa com Abbas e mostra preocupação com massacre de civis na Faixa de Gaza

O presidente Lula conversou no sábado (14) com o presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas. Lula disse ao líder do povo palestino, Mahmoud Abbas, que os inocentes em Gaza não podem pagar o preço da insanidade daqueles que querem a guerra. **Página 3**

1 REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Judeus de NY repelem genocídio em Gaza: “não em nosso nome”

Em manifestação de judeus de Nova Iorque contra o cerco e bombardeio israelenses na Faixa de Gaza, um membro da comunidade fez candente denúncia do genocídio em curso. “Em uma prisão a céu aberto moram 2,2 milhões de pessoas. E quase metade delas são crianças. “Essa pessoas estão agora sem comida e sem água. Sem eletricidade e sem combustível. “E estão sob bombardeio. Contra elas está caindo fósforo branco [um tipo de arma banida por lei]. “Eles estão cercados em Gaza. “Isto é um genocídio. Isto é um genocídio. “Como judeus de Nova Iorque, estamos aqui para dizer: NÃO EM NOSSO NOME!”. **Página 6**

AFP

“Netanyahu é um criminoso de guerra”, acusa ministra da Espanha

A ministra espanhola de Direitos Sociais, Ione Belarra, exortou a União Europeia a reavaliar sua colaboração com o israelense Benjamin Netanyahu, a quem ela classificou como um criminoso de guerra: “Israel está bombardeando a população civil em Gaza, o que constitui um castigo coletivo e uma grave violação do direito internacional”. **Pág. 7**

Anistia provou que Israel usou bomba de fósforo branco

A Anistia Internacional apresentou no sábado (14) provas do uso por Israel das banidas bombas de fósforo branco contra civis em Gaza. **Pág. 7**

Desocupação menor do que 2 dígitos não significa mercado de trabalho aquecido, alerta Oreiro

O economista José Luis Oreiro, professor da UnB, analisa o mercado de trabalho no Brasil e alerta que “uma taxa de desocupação de menos de dois dígitos não significa necessariamente que o mercado de trabalho está aquecido”. **P. 2**

Corais da Amazônia são um mito, dizem especialistas

Pág. 2

HP 18 A 24 DE OUTUBRO DE 2023

Os corais da Amazônia são um mito!, afirmam especialistas

ALLAN KARDEC BARROS E ALBERTO GARCIA FIGUEIREDO*

Os corais da Amazônia são um mito! Há anos circulam imagens que seriam de corais originários da Bacia Sedimentar da Foz do Amazonas. Elas causaram tanta comoção no Brasil que até apareceram em camisetas e novelas. E, em recente coluna no GLOBO, assinada por Miguel De Almeida, encontramos a afirmação de que "existe um recife de corais, descoberto em 2016, riquíssimo em biodiversidade, do tamanho do estado da Paraíba".

Precisamos de mais ciência no debate brasileiro, até para dar conforto aos decisores sobre os próximos passos. Seguindo esse raciocínio, um grande grupo de cientistas foi formado e há cinco anos vem estudando e pesquisando a Margem Equatorial Brasileira (MEQ). Hoje temos a maior rede de especialistas — formada por pesquisadores de 14 universidades brasileiras, entre instituições do Norte e Nordeste e outras com grande tradição e conhecimento sobre a MEQ —, chamada Rede Amazônia Azul.

Os corais podem ser entendidos como pequenos animais marinhos que se agrupam em colônias e muitas vezes têm esqueletos duros. Algas calcárias, por sua vez, possuem carbonato de cálcio, um mineral que forma o calcário, em suas paredes celulares. Elas são como "algas que se tornaram pedra".

Em termos simples, a borda da plataforma continental é como a "borda" ou "fronteira" entre a parte rasa do oceano próximo à costa e sua parte mais profunda. A região de borda de plataforma da Bacia da Foz do Amazonas é recoberta por algas calcárias, em sua maioria mortas, pois seu ápice de desenvolvimento aconteceu entre 17 mil e 11 mil anos atrás, quando o nível do mar estava entre cem e 120 metros abaixo do atual, portanto na última Era do Gelo.

Na borda da plataforma continental da Bacia da Foz do Amazonas, é possível que se encontre um ou outro indivíduo de coral vivo, mas não são formadores de colônias ou recifes, tanto pela espécie de coral quanto pela quantidade. Da mesma forma, algas calcárias vivas também podem ser encontradas, mas tampouco formam recifes em função das qualidades ambientais atuais, em que são essenciais luminosidade, transparência da água e pequena profundidade.

Não foram os cientistas, mas leigos, possivelmente ligados a movimentos internacionais muito ricos e muito bem articulados, que criaram o mito, distribuindo imagens de corais cujas características nos fazem suspeitar que possivelmente foram feitas no Caribe.

Faixa carbonática de borda de plataforma é uma região geológica onde as rochas sedimentares predominantes são compostas de carbonato de cálcio. No Brasil, as algas calcárias formam uma faixa carbonática na borda de plataforma da Bacia Sedimentar da Foz do Amazonas e se estendem rumo ao sul até Santa Catarina. A faixa carbonática atravessa também as bacias sedimentares de Sergipe-Alagoas, Espírito Santo, Campos e Santos. A presença de algas calcárias vivas é bem maior nessas duas últimas e, bom enfatizar, é também onde há maior proximidade dos campos de petróleo quando se compara com a Bacia Sedimentar da Foz do Amazonas.

Subjacente ao debate sobre os corais — ou maior que ele — é a clara intenção de acabar com a indústria de petróleo e gás do Brasil, o que se entende como um claro movimento com digitais internacionais. Em termos simples, o intuito claro é fechar um dos maiores orgulhos da História nacional: a Petrobras.

Nenhuma fonte de energia nos dois últimos séculos foi dizimada ou desapareceu no mundo. Todas continuam sendo usadas há décadas, algumas sem seu uso cair (lenha ou nuclear) e outras (petróleo, carvão, gás natural, renováveis) com seu consumo aumentando diariamente, com tendência de alta. A História mostra que a diversificação da matriz energética aconteceu — e nesse quesito o Brasil está onde o planeta gostaria de estar em 2050 — com uma matriz exuberantemente limpa.

Mais ciência!

*Allan Kardec Barros, professor titular da Universidade Federal do Maranhão e presidente da Gasmar, tem pós-doutorado no Riken, Japão, é ph.D. pela Universidade Nagoya, Japão, e foi diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; Alberto Garcia Figueiredo é professor titular da Universidade Federal Fluminense e doutor em geologia e geofísica marinha pela Universidade de Miami

Artigo reproduzido do Jornal O GLOBO

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: **Clóvis Monteiro Neto**
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Menos de 2 dígitos não significa mercado de trabalho aquecido

Foto: Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

Economista José Luis Oreiro, professor da Universidade de Brasília

Foto: Reprodução Youtube BNDES

Aloizio Mercadante, presidente do BNDES, em evento sobre transição energética

"Potencial de toda Margem Equatorial é imensa para o Brasil", diz Mercadante

"A Petrobrás tem papel fundamental de continuar produzindo petróleo, de qualidade, reduzindo custos, aumentando a eficiência e descobrindo novas reservas"

Em evento sobre os "Caminhos para transição energética justa no Brasil", realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em parceria com a Petrobrás, Aloizio Mercadante, presidente do banco, afirmou que "a agenda ambiental é um grande desafio e o BNDES tem um papel estratégico e a a Petrobrás absolutamente decisivo para esse desafio histórico que estamos enfrentando".

Mercadante destacou que "a Petrobrás teve um papel extraordinário no processo de crescimento do Brasil historicamente, teve papel de liderança nos investimentos e segue sendo um fator de indução no desenvolvimento, à industrialização e ao crescimento do país".

"O grande desafio é uma responsabilidade ambiental compartilhada e diferenciada. E isso vai envolver tanto a Petrobrás quanto o BNDES. O Brasil, nós temos um posicionamento muito favorável para liderar entre o G20 esse processo de construir uma economia verde em direção a carbono zero", afirmou Mercadante, ressaltando que "nossa matriz energética é 47,4% limpa e hoje nossa matriz elétrica está em quase 88%, não há nada próximo disso no G20, nossas emissões, metade é desmatamento e 24% uso da terra".

"Se estamos diante de uma crise climática faz sentido uma empresa como a Petrobrás? Nós não estamos em transição energética?, provocou Mercadante. "Nós ainda não temos um combustível que substitua o combustível fóssil, o petróleo", afirmou.

"O petróleo ainda é uma dimensão fundamental da matriz de transporte da matriz energética. Cerca de 80% da matriz global é o petróleo, é hidrocarboneto, é energia fóssil. Nós estamos numa transição. Se nós olharmos o desafio da mobilidade elétrica, o mundo está produzindo 80 milhões de veículos por ano, 10 milhões são elétricos, mas a estrutura de carros, de ônibus, de caminhões continua sendo dependente de petróleo", enfatizou.

"A Petrobrás tem papel fundamental de continuar produzindo petróleo, de qualidade, reduzindo custos, aumentando a eficiência e descobrindo novas reservas. E isso não se opõe, ao contrário, se nós tivermos inteligência estratégica essa renda do petróleo pode ser um grande diferencial para o o Brasil acelerar sua transição energética".

Mercadante destacou a importância de se descobrir novas reservas de petróleo e enfatizou a importância da Margem Equatorial.

"É a última grande fronteira de exploração de petróleo que o Brasil tem. Num período histórico, porque mesmo as previsões de descarbonização da ONU, em 2050 a expectativa é de que 17% ainda seja petróleo. Então, o petróleo vai continuar existindo com essas novas fontes que nós queremos impulsionar para serem mais presentes na economia do futuro".

"Nós temos 2200 km de costa, do Rio Grande do Norte ao Amapá, convivendo com a Guiana que já descobriu de reservas provadas 11 bilhões de barris de óleo equivalente e que a perspectiva é produzir 1 bilhão e meio de barril por dia e virar a segunda economia da América Latina em produção de petróleo. Aquela fraçãozinha que nós temos ali na Amazônia. O potencial de toda a Margem Equatorial é imensa para o Brasil, e a Petrobrás tem tecnologia, tem mais de 3 mil perfurações com total segurança nessa fase de exploração".

Mercadante lembrou que quando senador, líder do governo, "o debate do pré-sal era o mesmo, muito parecido com o da Margem Equatorial: não tinha petróleo, custo muito alto, o Brasil não tinha competitividade, que não precisava adensar cadeira industrial, cadeia produtiva, que sujava nossa matriz energética. Imagine o Brasil sem o pré-sal".

PETROBRÁS E BNDES

Ao iniciar o evento, realizado na quarta-feira, 11 de março, Mercadante, ao lado do presidente da Petrobrás, Jean Paul Prates, pediu um minuto de silêncio "para todas as vítimas dessa marcha da insensatez que está acontecendo agora no território de Gaza".

O presidente do BNDES saudou os 70 anos de história da Petrobrás, homenageando os servidores que estão nas plataformas e lembrando os 71 anos do banco de fomento. "Nascemos juntos!"

"Nascemos num processo histórico complexo, mas com uma perspectiva estratégica que até hoje está presente. Nós tivemos na crise de 29 uma ruptura do modelo primário-exportador, começamos um processo de industrialização por substituição de importações, na crise da economia cafeeira, em 1934 o Brasil era predominantemente industrial. E o Getúlio teve um papel relevante na construção do Estado nacional".

Citando a CSN, a Fábrica Nacional de Motores, a Vale, o presidente do BNDES ressaltou que "Getúlio deixa uma herança muito importante com a criação do BNDES, na época BNDE, e a Petrobrás. Enfrentou na época as críticas que continuam até hoje, que o Brasil não tinha petróleo, que só ia aumentar o custo de produção, que não havia sentido ter um banco público de desenvolvimento, mas a história foi superando e enterrando essa visão apequenada do tamanho do Brasil e dos nossos desafios".

Para o economista José Luis Oreiro, o Brasil ainda possui um grande contingente de mão-de-obra se o ritmo de crescimento econômico for mantido, "para tanto é necessário que o Banco Central acelere o passo no ritmo de redução da taxa Selic"

O economista José Luis Oreiro, professor da Universidade de Brasília (UnB), analisa neste artigo o mercado de trabalho no Brasil e alerta que "uma taxa de desocupação de menos de dois dígitos não significa necessariamente que o mercado de trabalho está aquecido".

"Isso porque, segundo ele, "em primeiro lugar, devemos analisar o que aconteceu com a taxa de participação no mesmo período para saber se a redução observada do desemprego decorreu de um aumento dos empregos ou por uma redução das pessoas que procuram emprego".

Oreiro afirma o Brasil ainda possui um grande contingente de mão-de-obra se o ritmo de crescimento econômico for mantido, "para tanto é necessário que o Banco Central acelere o passo no ritmo de redução da taxa Selic".

O artigo foi reproduzido do blog do autor: https://jlcoreiro.wordpress.com/

O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: ESTAMOS PRÓXIMOS DO PLENO-EMPREGO?

JOSÉ LUIS OREIRO

Recentemente foi divulgada nova pesquisa da PNAD contínua mostrando que a taxa de desocupação no Brasil chegou a 7,8% da força de trabalho, o menor número verificado na série desde fevereiro de 2015, no início do segundo mandato da Presidenta Dilma Rouseff. Considerando que entre fevereiro de 2016 a abril de 2022, ou seja, por um período superior a 6 anos, a taxa de desocupação ficou acima dos 10% da força de trabalho, trata-se sem sombra de dúvida de um bom resultado.

No entanto, devemos ter uma certa cautela na interpretação desse resultado. Uma taxa de desocupação de menos de dois dígitos não significa necessariamente que o mercado de trabalho está aquecido. Isso porque, em primeiro lugar, devemos analisar o que aconteceu com a taxa de participação no mesmo período para saber se a redução observada do desemprego decorreu de um aumento dos empregos ou por uma redução das pessoas que procuram emprego. No primeiro caso, postos de trabalho estarão sendo criados porque as empresas estarão produzindo e vendendo mais bens e serviços de forma que irão necessitar de mais trabalhadores. No segundo caso, a redução do desemprego terá sido o resultado de pessoas que simplesmente desistiram de procurar emprego e se retiraram da força de trabalho. Nesse caso, temos um aumento dos trabalhadores desalentados, os quais não aparecem nas estatísticas oficiais de desocupação.

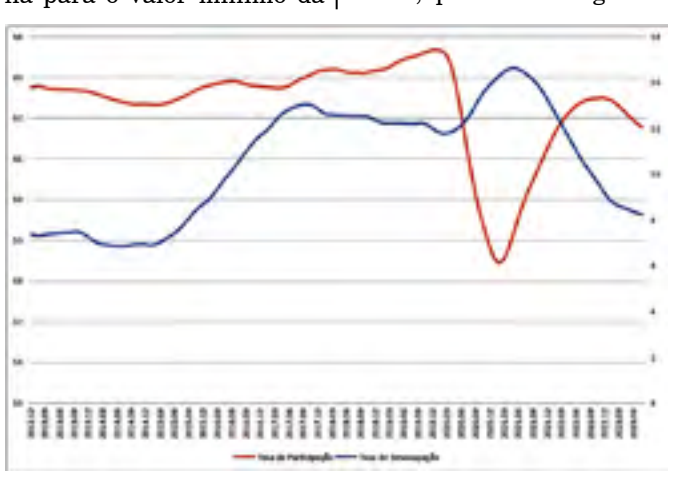
A figura 1 abaixo [veja no final do texto] apresenta a média móvel em 12 meses da taxa de desocupação e da taxa de participação na força de trabalho no período compreendido entre dezembro de 2012 e agosto de 2023.

Após atingir um pico de 63,67% em janeiro de 2020, a taxa de participação declina para o valor mínimo da série de 58,43% em fevereiro de 2021, devido as medidas de distanciamento social combinadas com o auxílio emergencial no contexto da pandemia do covid-19. O avanço da vacinação contra a Covid-19 ao longo de todo o ano de 2021 e no primeiro semestre de 2022 permitiu o gradual relaxamento das medidas de distanciamento social com a reabertura do setor de serviços, o que permitiu um aumento da média móvel da taxa de participação para 62,48% da força de trabalho em dezembro de 2022. No mesmo período a taxa de desocupação caiu de 14,28% da força de trabalho (fevereiro de 2021) para 9,17% da força de trabalho em dezembro de 2022. A redução do desemprego foi, portanto, acompanhada por um aumento da taxa de participação, o que mostra que foram gerados postos de trabalho em volume mais do que suficiente para absorver os trabalhadores que haviam saído da força de trabalho durante o período da pandemia.

O que soa estranho, contudo, é que após ter atingido um pico em dezembro de 2022, num patamar inferior ao verificado no período pré-pandemia, a média móvel da taxa de participação começa novamente a cair, atingindo um nível de 61,77% em agosto de 2023, um valor 1,9 p.p mais baixo do que o verificado em janeiro de 2020 e 0,71 p.p mais baixo do que em dezembro de 2022. Entre dezembro de 2022 e agosto de 2023 a média móvel da taxa de desocupação cai de 9,17 % da força de trabalho para 8,23%, ou seja, uma redução de 0,94 p.p. Dessa forma, 75,5% da redução da taxa de desocupação observado nesse período se deu pelo movimento de saída de pessoas da força de trabalho, e menos de 25% se deveu a criação de novos empregos.

Esses dados nos mostram que o mercado de trabalho não está tão aquecido como se poderia vislumbrar a primeira vista. Se a taxa de participação voltasse instantaneamente ao nível verificado pré-pandemia, a taxa de desocupação estaria próxima de 10% da força de trabalho, número similar a média da taxa de desocupação verificada entre março de 2012 e agosto de 2023. Daqui se segue que o Brasil ainda possui uma grande contingente de mão-de-obra desocupada que só poderá ser empregada no setor moderno da economia brasileira (empregos com carteira de trabalho) se o ritmo de crescimento econômico for mantido em torno de 3 a 3,5% ao ano nos próximos anos.

Para tanto é necessário que o Banco Central acelere o passo no ritmo de redução da taxa Selic, uma vez que em 2024 (i) dificilmente poderemos contar com um aumento significativo da produção de grãos, tal como ocorrido em 2023, devido ao fenômeno climático do El niño e (ii) a implantação do Novo Arcabouço Fiscal deverá produzir uma política fiscal neutra do ponto de vista da demanda agregada, ou seja, uma situação em que o impulso fiscal será, na melhor cenário igual a zero, quando não negativo.



Lula fala com Abbas sobre massacre de civis em Gaza

Reprodução

KC-390 da FAB trazendo brasileiros de volta

Governo já mobilizou 7 aviões para salvar brasileiros da guerra

O Brasil já enviou cinco aviões para Israel e repatriou 916 pessoas que estavam no país. Uma sexta aeronave, um VC-2 da Presidência da República com capacidade para 40 pessoas, está em Roma, na Itália, onde a tripulação aguarda a autorização para seguir viagem até o Egito. O sétimo avião sairá na tarde desta segunda-feira (16) do Brasil rumo à Israel.

O Ministério das Relações Exteriores tentará embarcar o grupo de brasileiros que está na Faixa de Gaza, território palestino sob forte ataque das forças militares da ditadura israelense. A fronteira entre os dois países ainda permanece fechada por conta dos bombardeios ordenados por Tel Aviv.

O último avião que deixou Israel trazendo os brasileiros foi um KC-30 pertencente à Força Aérea Brasileira (FAB). Ele decolou do Aeroporto Ben Gurion com 215 passageiros com destino ao Brasil – entre eles, nove bebês -, além da tripulação militar e 16 animais de estimação.

O Ministério das Relações Exteriores estima que serão necessários ao menos 15 voos para trazer de volta ao país todos os brasileiros que solicitaram a ajuda do corpo diplomático para deixar a região do conflito. "Todos os que quiserem sair, sairão", garantiu o embaixador do Brasil em Israel, Fred Meyer, em nota do Itamaraty. O Brasil foi o primeiro país do mundo a prestar ajuda a seus cidadãos, vítimas da guerra.

O Brasil, que preside no momento o Conselho de Segurança da UNU, está fazendo um grande esforço diplomático para que seja obtida a paz na região. O Itamaraty quer aprovar um cessar-fogo humanitário para que pessoas possam ser retiradas ou atendidas na Faixa de Gaza.

O governo dos Estados Unidos não quer o cessar-fogo porque acha que o governo de Israel não vai gostar do termo e advoga que o regime de apartheid tem o direito de atacar a população civil. A proposta da Casa Branca é que seja uma "pausa humanitária"

O Brasil aceita qualquer que seja o nome desde que cessem os bombardeios sobre a população civil de Gaza. Milhares de pessoas já morreram e a população está sem água e comida. Segundo a Unicef, já morreram mais de 700 crianças palestinas vítimas das bombas de Netanyahu. O Brasil tem o apoio da China e da Rússia para obter o cessar-fogo. A decisão deve ser tomada a qualquer momento.

Reprodução

Conversa entre Abbas e o presidente Lula se deu por telefone na tarde de sábado

Brasileiro diz que fronteira sul de Gaza está em colapso e situação "é desesperadora"

A ditadura israelense continua insensível aos pedidos de todo o mundo pelo fim dos bombardeios a civis indiscriminadamente. A ação de Netanyahu está provocando um colapso em várias regiões de Gaza. O brasileiro Hasan Rabee relatou, na manhã de domingo (15), que a cidade de Khan Younes, na fronteira, está completamente lotada de civis que buscam desesperadamente deixar o sul de Gaza para o Egito.

"NUNCA VI ISSO!"

"Nunca vi isso. Infelizmente estamos vivendo um colapso. As pessoas estão saindo do norte de Gaza e vindo para Khan Younes, e não sei como será daqui pra frente", relatou o brasileiro, em entrevista à GloboNews.

Hasan diz que os bombardeios não pararam nas últimas horas. "Estamos desesperados. Eu preciso voltar. Vamos voltar. A gente vai morrer aqui se não voltarmos. Minhas filhas e esposa só conseguem dormir com calmantes. A gente não está bem", afirmou.

Ele mora em São Paulo com a família e estava há dez dias em Gaza para visitar familiares quando os ataques do Exército de Israel começaram. Nos últimos dias ele tem relatado o drama para deixar a região. "Estamos morrendo. Minhas filhas só choram e a gente está mentindo [pra ela], falando que as bombas são barulho de festas", contou.

45 PESSOAS NA CASA

Desde o início da semana, o brasileiro está na casa de sua irmã em Khan Younes com suas duas filhas pequenas e sua esposa. Ao todo, 45 pessoas estão vivendo na mesma casa, mas apenas sete devem retornar ao Brasil: 5 brasileiros e 2 residentes no Brasil. Hasan ficará em Khan Younes até a abertura da fronteira com o Egito. Só depois disso, seguirá até a passagem de Rafah para encontrar com outros brasileiros que já estão na fronteira.

Tudo destruído em Gaza

A fronteira continua fechada por causa dos bombardeios de Israel. Ele afirmou que a região não tem estrutura suficiente para receber as milhares de pessoas que estão se deslocando para o local. São famílias inteiras nas ruas enquanto os bombardeios continuam. O presidente Lula vem fazendo esforços na ONU para a abertura de corredores humanitários mas Israel está irredutível em sua sanha contra o povo palestino.

NEGOCIANDO

O governo brasileiro segue tentando negociar com Israel e o Egito uma abertura na fronteira com a Faixa de Gaza para que 28 brasileiros possam ser resgatados. O Brasil também está em contato com Israel para tentar negociar um não bombardeio à região onde se encontram.

No total, 28 brasileiros desejam ser repatriados; 16 estão em Rafah e 12 em Khan Yunis, ambas cidades no sul de Gaza. Uma aeronave modelo VC-2, disponibilizada pela Presidência da República, aguarda autorização em Roma, na Itália, para ir ao país africano.

PAPA FRANCISCO

O mundo inteiro protesta contra os bombardeios de civis. O papa Francisco se uniu aos apelos de Lula na ONU e pediu, neste domingo (15), a criação de corredores humanitários para ajudar as pessoas que estão na Faixa de Gaza.

"Apelo ao respeito do direito humanitário, especialmente em Gaza, onde há uma necessidade urgente de garantir corredores humanitários e de resgatar toda a população", disse durante o seu discurso semanal às multidões na Praça de São Pedro.

O pontífice também voltou a pedir pela libertação dos reféns detidos pelo Hamas. "Peço veementemente que as crianças, os doentes, os idosos, as mulheres e todos os civis não se tornem vítimas do conflito." "O direito humanitário deve ser respeitado, sobretudo em Gaza", acrescentou.

Presidente Lula disse ao líder da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, que os inocentes em Gaza não podem pagar o preço da insanidade daqueles que querem a guerra

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, conversou no sábado, dia 14 de outubro, no início da tarde (14h), por telefone, com o presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, líder do povo palestino. Na conversa, Lula expressou preocupação com os civis na região e o bloqueio de ajuda humanitária.

O líder brasileiro reforçou a importância de um corredor humanitário e da libertação imediata de todos os reféns. Lula disse que os inocentes em Gaza não podem pagar o preço da insanidade daqueles que querem a guerra. Ambos reafirmaram a importância da busca por uma solução política e pela paz para a região.

Houve também uma conversa com o presidente do Egito, Abdel Fattah al-Sissi, sobre a situação dos brasileiros que aguardam, em Gaza, o retorno ao Brasil. A fronteira sul de Gaza com o Egito estava fechada por causa dos bombardeios de Israel. Até agora não há garantia de que os brasileiros poderão atravessar com segurança em direção ao país vizinho.

Lula falou om Abbas sobre o reconhecimento brasileiro do Estado palestino, posição que é amplamente majoritária na ONU mas não aceita por Israel, país que mantém um cerco criminoso à Faixa de Gaza e a ocupação na Cisjordânia. O presidente brasileiro destacou que está empenhado em trazer de volta para o país todos os brasileiros que estão na zona de conflito e que querem retornar ao seu país, particularmente os que estão na Faixa de Gaza.

Israel se recusou a permitir a abertura do corredor humanitário, proposto pelo Brasil na reunião do Conselho de Segurança da ONU. O presidente brasileiro já havia condenado os ataques terroristas contra civis em Israel e reforçou a importância de um corredor humanitário e da libertação imediata de todos os reféns. A ditadura israelense fechou o cerco sobre Gaza, impedindo a entrada e alimentos e água e prepara um verdadeiro genocídio na região com a invasão de suas tropas por terre mar e ar.

Jovem brasileira faz apelo dramático de Gaza: "Israel vai bombardear. Eu não quero morrer"

A brasileira Shahed Al Banna, de 18 anos, que está em Gaza, gravou um vídeo dramático pedindo socorro por causa dos bombardeios de Israel sobre a população civil da região. Shahed chorou ao relatar a situação do local onde está. "Todos estão desesperados e não sabem o que fazer para deixar o local. Os israelenses vão atacar Eu não quero morrer!", disse ela.

"A situação está desesperadora, está difícil. As crianças estão chorando. Eu estou em uma escola. Essa escola é um lugar que já foi atacado muitas vezes ontem, antes de ontem. Não é um lugar seguro, zero segurança. Agora a gente vai ter que sair do lugar", disse. A ditadura israelense deu um ultimato nesta sexta-feira (13) a moradores da Cidade de Gaza e arredores para que deixem suas casas em direção ao sul da região em até 24 horas.

"A irmã da igreja disse que a escola não é mais um lugar seguro. Não podemos mais ficar aqui, os israelenses vão atacar todos os lugares", acrescentou a fala dramática de Shahed. Segundo a ONU, o comunicado de Israel foi enviado pouco antes da meia-noite no horário local. Assim, as 24 horas serão completadas às 18 horas desta sexta-feira (13), no horário de Brasília.

"Quando eu falei com o embaixador, ele disse que tem dois ônibus para nos levar para o Sul, que é onde os israelenses mandaram o povo daqui ir, e todo mundo está indo para lá. O caminho para lá é muito perigoso, eles estão jogando bombas nas pessoas. A nossa vida, se a gente for nesses ônibus, não é garantida", explicou.

"Eles mandaram o povo de Gaza sair. Todos os brasileiros aqui estão desesperados, não sabemos para onde ir. Temos que ir para o Sul, mas não sabemos quem vai nos receber. Não temos o que fazer, não sei", continuou a brasileira. A jovem disse estar "com medo de morrer" e que está junto a familiares e a outros brasileiros.

Ela disse que o aviso do governo de Israel é que todos teriam que deixar alimentos para trás. A situação a deixou desesperada. "Eles estão esperando autorização há quatro dias. Estou há seis dias sem dormir. Estou tonta, já não sei mais o que pensar, já não sei o que fazer", disse a jovem. Enquanto Shahed falava com a Globo News, fortes estrondos foram ouvidos. Ela relatou que a escola onde estão foi atacada mais de uma vez.

Uma criança brasileira, de cerca de dez anos, também fez uma apelo da escola onde ela está por socorro contra os bombardeios. Cerca de 6.000 bombas pesando até 4.000 toneladas foram lançadas na Faixa de Gaza por Israel desde o início dos combates, de acordo com o porta-voz das Forças de Defesa de Israel (IDF), Daniel Hagari.

Jair Bolsonaro participou da elaboração de decreto golpista, revela Mauro Cid e a PF apura

O ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, Mauro Cid, disse à Polícia Federal que o ex-presidente recebeu, fez alterações e propôs colocar em prática um decreto golpista para anular o resultado das eleições e prender o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes. As informações são do jornal O Globo.

Os investigadores estão indo atrás de provas que corroborem com o relato, dado o âmbito da delação premiada que foi acordada.

Mauro Cid disse que o ex-assessor da Presidência, Filipe Martins, apresentou para Jair Bolsonaro um decreto golpista que determinaria um golpe de estado no Brasil.

O documento citava supostas ações ilegais do Poder Judiciário e, com base nisso, determinava a prisão de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e a realização de novas eleições.

Bolsonaro leu o documento e ordenou que a parte das prisões de autoridades fosse substituída pela prisão somente de Alexandre de Moraes.

Segundo o ex-ajudante de ordens, Filipe Martins lhe mostrou o rascunho do decreto golpista em versão digital e impressa para que as alterações ordenadas por Bolsonaro fossem feitas.

Alguns dias depois, Filipe Martins apareceu com uma nova versão do decreto adaptada aos desejos de Jair Bolsonaro.

Jair Bolsonaro, então, aceitou o decreto golpista e chamou os comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica para propor um golpe baseado naquele documento.

O golpe planejado por Jair Bolsonaro e seus aliados não prosperou porque os comandantes do Exército, general Freire Gomes, e da Aeronáutica, brigadeiro Carlos Baptista, não aderiram. Somente o almirante Almir Garnier respondeu positivamente à convocação de Bolsonaro.

Os investigadores estão apurando se documentos encontrados no e-mail e no arquivo de WhatsApp de Mauro Cid têm ligação com o decreto produzido por Filipe Martins.

No dia 6 de setembro, uma semana após a derrota de Bolsonaro para Lula, quando os bolsonaristas já estavam organizados em acampamentos em frente aos quartéis do Exército, Mauro Cid listou em seu e-mail decisões do TSE e do STF "em desfavor" de Bolsonaro.

Brasileiros chegam ao sul de Gaza, mas bombas israelenses impedem a travessia para o Egito

Mesmo com a recusa do regime de Israel em permitir um corredor humanitário, o grupo de 19 brasileiros que tenta deixar a Faixa de Gaza conseguiu embarcar novamente em um ônibus fretado pela Embaixada do Brasil na Palestina e chegou ao sul do território neste sábado (14), segundo o embaixador brasileiro, Alessandro Candeas.

Não houve acordo na reunião de emergência do Conselho de Segurança da ONU, convocada pelo governo brasileiro na sexta-feira (13) e os bombardeios de Israel contra a população civil palestina continuam. A viagem dos brasileiros havia sido adiada por conta de novos bombardeios, mas no sábado eles conseguiram chegar à cidade de Khan Younes, no sul, e aguardavam sinal verde da Embaixada do Brasil na Palestina para seguir até a fronteira entre a Faixa de Gaza e o Egito.

Durante a sexta-feira, crianças brasileiras fizeram apelos dramáticos por vídeo por ajuda e denunciando que estavam sem luz, sem alimentos e sem água. Os brasileiros estavam abrigados na escola Rosary Sisters School, ao norte de Gaza. O regime de terror israelense deu um prazo de 24 horas para que um milhão de pessoas deixassem suas casas no norte de Gaza e rumassem para o sul. Ao mesmo tempo os bombardeios continuavam matando mulheres e crianças palestinas.

Em Khan Younes, os brasileiros foram levados ao prédio no qual também vive uma família brasileira. Eles ficarão lá, segundo a Embaixada, enquanto esperam para cruzar a fronteira e embarcar, já no Egito, em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) que os levará ao Brasil.

Um dos desafios para cumprir essa trajeto é que o grupo pode ter agora uma janela de poucas horas para conseguir cruzar a fronteira.

O Egito concordou em abrir a fronteira entre o sul de Gaza e o Egito – que está fechada desde o início dos bombardeios de Israel. Ainda não há a garantia por parte de Israel que não haverá bombardeios. Por isso, o grupo de brasileiros deve esperar até domingo para tentar atravessar a fronteira já que noite já caiu e Gaza e as autoridades consideram perigoso trafegar com o ônibus durante a noite.

O trajeto entre o abrigo de onde o grupo saiu, no norte de Gaza é de apenas 25 quilômetros – em tempos normais, duraria cerca de 30 minutos. Mas a previsão era de que a viagem poderia durar até duas horas caso houvesse bombardeios. Nesta madrugada, um ataque terrorista de Israel com mísseis atingiu um comboio de civis que fazia o mesmo trajeto, do norte ao sul, e deixou 70 pessoas mortas, entre bebês e mulheres.

O avião da Força Aérea Brasileira enviado pelo governo brasileiro para resgatar os compatriotas que estão ameaçados e trazê-los de volta ao Brasil está em Roma, na Itália, e aguarda que o grupo cruze a fronteira para voar o Egito. O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou na sexta-feira (13) que o embarque será realizado em um local no Egito perto da fronteira com a Faixa de Gaza, e não mais na capital, Cairo.

Israel nega fim dos bombardeios e brasileiros seguem presos e sem água na Faixa de Gaza

Israel nega existência de acordo para interromper o bombardeio para retirada de estrangeiros de Gaza. Os brasileiros aguardam no sul de Gaza autorização para passarem pela fronteira com o Egito. O presidente Lula está disparando telefonemas a líderes da região, apelando para que o grupo seja autorizado a deixar a Faixa de Gaza.

O chanceler egípcio, Sameh Shoukry, disse, nesta segunda, que o governo de Israel não tomou nenhuma posição desde que a guerra começou para que a fronteira de Gaza fosse reaberta. Os bombardeios continuam na região.

Um grupo de 19 brasileiros que está na cidade palestina de Rafah, ao sul da Faixa de Gaza, foi alocado no sábado (14) pela Embaixada do Brasil na Palestina em uma casa alugada na região. Outros 12 brasileiros estão em um prédio na cidade de Khan Younes, mais distante da fronteira com o Egito. Eles devem ser deslocados em direção a Rafah, posteriormente, quando houver sinalização de que poderão atravessar a fronteira com o Egito.

O Brasil, a comunidade internacional, agências humanitárias e milhares de palestinos vivem a expectativa de que a passagem entre a Faixa de Gaza e o Egito possa ser aberta nesta segunda-feira, enquanto negociadores tentam costurar um acordo. Mas, diplomatas brasileiros, tanto em Ramallah como do lado egípcio da fronteira, garantiram que o ponto de cruzamento continua fechado e sob bombardeio constante de Israel.

O governo do Cairo acusa Israel de não estar aceitando um acordo. Segundo os egípcios, as autoridades israelenses bombardearam o lado de Gaza da fronteira, o que torna difícil a passagem de veículos.

O governo brasileiro planeja buscar as pessoas de avião no território egípcio. O avião, de uso da Presidência da República, foi enviado de Brasília para Roma e, na capital italiana, aguarda autorização para ir para o Egito. Lula conversou por telefone com o presidente egípcio Abdel Fattah al-Sissi e pediu a abertura da fronteira e ajuda para a retirada dos brasileiros. Na ONU, o governo brasileiro defende a abertura de corredores humanitários.

Boeing inaugura entreposto para aliciar engenheiros da Embraer

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços alerta para "cooptação voraz de mão de obra brasileira de elevada qualificação", que "por si só teria relevante potencial danoso para a economia brasileira"

Empresa brasileira possui atualmente quadro com 3,5 mil engenheiros

Em meio à investida predatória da contração de engenheiros altamente qualificados da Embraer, a fabricante norte-americana de aeronaves Boeing inaugurou na terça-feira (10) um Centro de Engenharia e Tecnologia em São José dos Campos, no interior de São Paulo. A medida ocorre três anos após a investida predatória da multinacional para comprar a divisão comercial da empresa brasileira de aviação Embraer.

"Este é um local muito lógico para nós investirmos", argumentou à Reuters o presidente mundial da Boeing responsável por estratégia e operações fora dos Estados Unidos, Brendan Nelson. "Este investimento é de longo prazo", alegou o executivo, que também afirmou que o Brasil tem engenheiros altamente qualificados e está bem-posicionado para liderar os esforços de descarbonização do setor. O escritório é um dos 15 que existem no mundo e é o segundo centro da empresa no Brasil.

O alvo da Boeing são engenheiros de nível sênior, principalmente da área de estratégia e aviônica, que têm anos de experiência, lideram importantes áreas de desenvolvimento de aeronaves. São profissionais que detém informações que envolvem segredos industriais, como os caças Gripen – que o governo brasileiro comprou da sueca Saab, em 2013, os projetos de aviões elétricos e do carro voador desenvolvidos pela empresa brasileira, ou o recente sucesso de vendas da Embraer Defesa, o KC-390, cargueiro militar que desponta mundialmente como o sucessor do norte-americano Hércules.

As contratações, que começaram em meados do ano passado e seguem avançado, envolvem funcionários não só da Embraer, mas também de empresas do polo aeroespacial brasileiro, que se desenvolveu nas últimas décadas no Vale do Paraíba devido à empresa e ao Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). A Boeing emprega no novo centro de engenharia 500 trabalhadores, a maioria oriundos da Embraer.

"O Brasil é parte da estratégia global, e de longo prazo, da Boeing. O Centro de Engenharia e Tecnologia da Boeing no país integra uma rede de 15 centros em todo o mundo que desenvolvem tecnologia de ponta para impulsionar a inovação aeroespacial, declarou o vice-presidente sênior e estrategista-chefe da Boeing, Marc Allen. "Hoje, cerca de 15% dos nossos 17 mil engenheiros estão fora dos EUA", completou.

COOPTAÇÃO VORAZ DE MÃO DE OBRA

O governo federal, que inicialmente havia entendido que as contratações não ameaçavam à soberania brasileira, reviu sua postura e pediu para integrar à Ação Civil Pública (ACP).

"Não há dúvidas de que a expertise brasileira nos setores de defesa/aeroespacial e aeronáutico, conquistada após uma trajetória de muito trabalho e estreito suporte estatal, possui caráter estratégico para a soberania nacional", diz a Advocacia-Geral da União (AGU) no novo posicionamento anexado no processo.

A decisão se apoiou em parecer técnico do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). A pasta fala em "amplo arcabouço constitucional e legal corroborando o entendimento de que a livre iniciativa não é absoluta" e "cooptação voraz de mão de obra brasileira de elevada qualificação", que "por si só teria relevante potencial danoso para a economia brasileira". "E parece estar assentado não sobre uma concorrência saudável e legal da empresa estadunidense".

"É uma questão de soberania, não de protecionismo. A Boeing tem faturamento equivalente a 1/3 do PIB industrial brasileiro", diz o presidente da Abimde, Rogério Gallo. Ele ressalva que a "livre concorrência é assegurada, nos termos do artigo 170 da Constituição, mas que é relativizada em nove situações específicas —a primeira delas, questões de soberania nacional", alega.

O presidente da Aiaba e coautor da ação, Julio Shidara, considera fundamental a participação do Estado brasileiro na questão. "Já não falamos mais da indústria aeronáutica, é sobre o talento brasileiro. Temos de nos preocupar com o engenheiro, o salário dele, mas ele é só uma face de um cubo mágico [de fatores envolvidos]", defendeu.

Além do interesse — dissimulado — de espionar segredos da indústria brasileira, a Boeing também está de olho no potencial energético que o Brasil representa, conforme deixou transparecer o presidente global da companhia ao tratar dos esforços do país para à política de contenção de carbono.

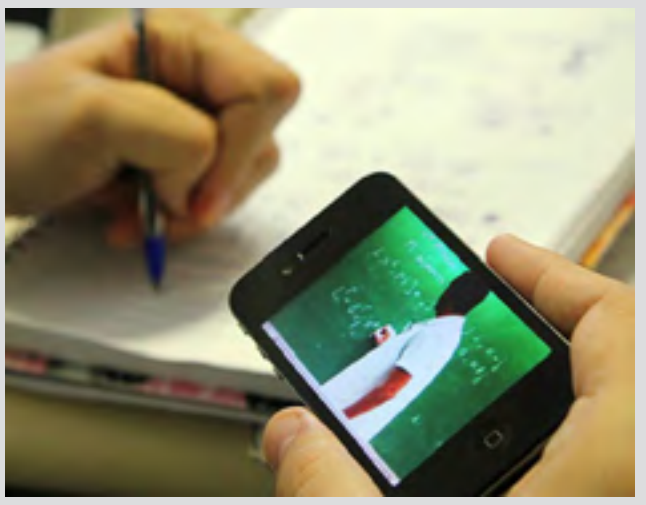
A fala vai de encontro à posição manifestada anteriormente por outro executivo da gigante norte-americana. "O Brasil é líder na América Latina com estabilidade social, econômica e financeira e, portanto, um destino para investimentos de longo prazo. No caso da Boeing, temos demonstrado nosso compromisso com o Brasil investindo nas áreas de sustentabilidade, iniciativas de segurança e colaboração com agências reguladoras", declarou o presidente da Boeing para América Latina e Caribe, Landom Looni.

No que diz respeito à espionagem, "a Boeing teve acesso a um volume de informações extremamente alto sobre a Embraer", denunciou em 2022 o Dr. Oswaldo B. Loureda, fundador da Acrux Aerospace e professor de engenharia aeroespacial da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), ao Sputnik.

"Um volume de informações que, em uma situação natural, nunca seriam dados para uma empresa concorrente", observou o especialista. As declarações foram proferidas no contexto das negociações envolvendo a compra da Embraer pela empresa norte-americana, acordo que não prosperou.

JOSI SOUSA

Censo da Educação Superior alerta para a expansão desenfreada do ensino à distância



Em 2022, 72% dos alunos do ensino superior privado entraram na modalidade a distância

Com dados do Censo de Educação Superior, divulgado na última terça-feira (10), no Brasil, ao menos 75,7% dos jovens de 18 a 24 anos não cursam o ensino superior. Os dados foram divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O censo mostra que, nesse grupo etário, ao menos 32,3% frequentam ou ainda não concluíram o ensino médio. Nos dados gerais, 43,4% não frequenta o ensino superior e concluiu o ensino médio, 21,2% não frequenta ou não concluiu o ensino médio, 9,9% frequenta o ensino médio e 1,2% frequenta o ensino fundamental.

Os dados também indicam que só 24,2% dos jovens de 18 a 24 anos ingressaram em uma faculdade ou universidade. Ao todo, 20,2% ainda frequentam a educação superior e 4% não frequentam ou já concluíram o curso.

Durante a apresentação dos dados, o presidente do Inep, Carlos Moreno, afirmou que um dos objetivos do órgão é aumentar para 33% o número de ingressos da faixa etária no ensino superior. "Temos um desafio de ampliar a matrícula na educação superior para o atingimento da meta", declarou.

Moreno disse que é importante o olhar para o ensino básico para alterar a atual realidade do país quanto ao número de jovens de 18 a 24 que entram e se formam no ensino superior.

Conforme o Censo da Educação Superior 2022, menos da metade (48,2%) daqueles formados no ensino médio realizaram a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), necessária para o ingresso em universidades públicas (pelo Sisu) e particulares (pelo Fies, Prouni ou bolsas de ensino).

Os estados com pior desempenho são Bahia, Roraima, Maranhão e Pará. A situação é mais favorável no Ceará, em Goiás e no Espírito Santo.

"Nos últimos anos, houve uma tentativa do governo federal de desconstruir o ensino superior no Brasil (…), com corte orçamentário nas universidades. Esse é o efeito. Estamos começando a reverter o número [de inscritos] no Enem, que estava em queda nos últimos anos", diz o ministro da Educação Camilo Santana.

A edição de 2023 recebeu 3,9 milhões de inscrições, sendo um aumento de 13,1% em relação ao ano passado. O índice marca uma recuperação após a pandemia da Covid-19: o número de inscrições mais baixo da história foi registrado em 2021 (3,1 milhões).

Apesar da melhora, o Enem ainda está longe de se aproximar do gigante alcance que tinha no período de 2014 a 2016, quando atingia mais de 8 milhões de alunos.

Nem mesmo a graduação em medicina, tradicionalmente tão concorrida, consegue preencher 100% das vagas oferecidas nas instituições de ensino — tanto na rede pública quanto na privada, o índice de ocupação foi de cerca de 95% no último ano.

Em média, considerando os cursos de todas as áreas, aproximadamente 80% das vagas nas universidades privadas ficaram ociosas em 2022. Entre as públicas, o índice foi de 30%.

Os casos mais alarmantes foram registrados nas licenciaturas de química e física.

Na rede privada: formação de professor de química: 97% das vagas NÃO foram preenchidas e; formação de professor de física: 97,6% das vagas NÃO foram preenchidas.

Na rede pública: formação de professor de química: 46,4% das vagas NÃO foram preenchidas e; formação de professor de física: 49,8% das vagas NÃO foram preenchidas.

ENSINO À DISTÂNCIA

Do número de egressos ao ensino superior no país, em 2022, 72% dos alunos que foram aprovados no ensino superior privado optaram por estudar à distância, segundo os dados do Censo da Educação Superior de 2022.

Nas licenciaturas (cursos de formação de professor), o índice foi ainda maior: 93,2%. O crescimento da Educação à Distância (EAD), tendência presente nos últimos anos, gera preocupação de especialistas, por causa da regulação frágil do setor e da dificuldade de mensurar a qualidade dessas graduações.

Segundo ele, por decisão do governo federal, 16 cursos superiores não poderão ser feitos à distância: 4 já suspensos (enfermagem, direito, odontologia e psicologia) e outros 12 ainda em debate, por meio de consulta pública.

O número de novos alunos que escolheram fazer faculdade à distância cresceu 20% entre 2021 e 2022: saltou de 3,9 milhões para 4,7 milhões. Desde 2020, a EAD ultrapassou o ensino presencial no quesito "ingressantes".

A quantidade de cursos EAD no ensino superior triplicou em 4 anos: foi de 3.177 graduações em 2018 para 9.186 em 2022.

Governo anuncia reforços para combate às queimadas no entorno de Manaus

Nuvens de densa fumaça cinza de dezenas de incêndios florestais na Amazônia brasileira, muitos deles iniciados ilegalmente, pairaram sobre a capital da região, Manaus, tornando o ar irrespirável pelo segundo dia seguido.

Os moradores reclamam de ardência no nariz e na garganta. A qualidade do ar está tão ruim que até os normalmente animados pássaros tropicais estão em silêncio, dizem.

O fogo queima a Floresta Amazônica, próximo da comunidade indígena Mura, em Autazes, a 100 quilômetros de Manaus.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apontou que, das 10 cidades brasileiras que mais queimaram nas últimas 48 horas, seis são do Amazonas. Autazes é a primeira.

Agentes do Ibama, dos Bombeiros e do Instituto de Pesquisas Ambientais do Amazonas (Ipaam) ajudam no combate às queimadas.

O Superintendente do Ibama no Amazonas, Joel Araújo, revelou que essa fumaça é resultado de incêndios causados por agropecuaristas nessas áreas e é transportada para Manaus por meio de massas de ar.

Joel alerta que o fogo está ocorrendo em áreas de agropecuária, mas coloca em risco toda a população dos municípios, enfatizando a necessidade de precauções por parte dos moradores para evitar a propagação dos incêndios.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, afirmou nesta sexta-feira, 13, que "não existe fogo natural na Amazônia" e que o "principal vetor dos incêndios no local decorre da prática do desmatamento". A ministra anunciou que foram mobilizados mais de 300 brigadistas para combater as queimadas que atingem a região. Pelos dados coletados na quinta-feira, 12, são, no total, mil focos de calor no Estado do Amazonas, de acordo com Marina.

"O fogo ou é feito propositalmente por criminosos ou é a transformação da cobertura vegetal para determinados usos e depois o ateamento do fogo", disse a ministra, durante entrevista coletiva convocada nesta sexta para anunciar as ações do governo no combate às queimadas no Amazonas. O ministério propõe suspender o registro do Cadastro Ambiental Rural (CAR) de imóveis com focos de calor e incêndio sem autorização.

INPO passará a ser vinculado ao MCTI

MCTI, Finep e UFRJ anunciam criação do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) deu um grande passo para o desenvolvimento da pesquisa oceânica brasileira. Durante uma cerimônia realizada no Rio de Janeiro nesta segunda-feira (9), um contrato de gestão foi celebrado entre o MCTI e o Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas (INPO), que passou a ser uma organização social vinculada à Pasta.

Ao cobrir 70% da superfície terrestre e capturar 25% de todo o dióxido de carbono na atmosfera, o oceano entrou para o centro do debate global. Tem relação direta com grandes desafios nacionais e internacionais que afetam o dia a dia das pessoas, como as mudanças climáticas e a insegurança alimentar.

"Essa assinatura marca uma nova etapa de avanço do conhecimento científico, do desenvolvimento tecnológico e da inovação na mais importante fronteira do nosso planeta: o mar", afirmou a ministra Luciana Santos. "O INPO atende às demandas por apoio às atividades de pesquisa e desenvolvimento, à otimização do uso de nossos navios de pesquisa e demais infraestruturas. É resultado de uma atuação coesa e participativa da comunidade científica e conta com uma agenda robusta e à frente dos desafios que se projetam em busca de um oceano saudável, seguro e resiliente", completou.

Ao longo da cerimônia, a ministra lembrou que o oceano é pauta prioritária do MCTI, celebrou o começo de uma parceria "longeva e necessária", cobrou celeridade para o início dos trabalhos e atenção especial da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) para o assunto. "O marco de hoje representa o fim de uma longa espera dos cientistas marinhos nacionais. Por isso, precisamos ser rápidos e eficientes no início das atividades do novo Instituto, retomando as parcerias estratégicas nacionais e internacionais", ressaltou a ministra.

O diretor-geral do INPO, Segen Estefan, explicou que o "modelo de organização social dará agilidade à atuação do instituto e, ao mesmo tempo, guardará vínculo com o órgão supervisor, o MCTI". Além disso, ele salientou a importância da ciência oceânica para entender seu papel nos efeitos das mudanças climáticas, para preservação de ecossistemas, melhor informação para população e para tomada de decisões de políticas públicas.

"A agilidade na transição energética é fundamental para diminuir as temperaturas do oceano, para o recuo das geleiras e para reduzir o aumento do nível do mar e a indução de eventos extremos", destacou Estefan.

Para o presidente da Finep, Celso Pansera, a iniciativa "permitirá organizar o ecossistema de pesquisa no maior bioma brasileiro".

"O INPO já nasce com uma rede de apoio poderosa, com INCTs, universidades, pesquisadores, grupos técnicos e empresas", disse. "É um momento importante para a ciência buscar novas fontes de riqueza, para financiar um país mais justo, mais equânime, que respeite o meio ambiente e que promova uma economia mais sustentável".

Já o reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Roberto Medronho, lembrou que o INPO ficará abrigado no Parque Tecnológico da UFRJ e ressaltou que trará resultados concretos. "Cuidar do oceano é, para além da sustentabilidade, também cuidar da saúde da população. Esse instituto trará grandes contribuições para resoluções dos problemas climáticos, energias sustentáveis, plataformas embarcáveis. Este consórcio é de muito orgulho para todos nós", afirmou.

Simulador de ondas do INPO/ UFRJ

FUP

Petroleiros rejeitam proposta que prevê apenas 1% de aumento e convocam mobilização unificada

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) e a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) estão convocando os trabalhadores de todo os Sistema Petrobrás para uma mobilização conjunta, com assembleias e indicativo de paralisações por segmentos, em rejeição à segunda contraprosta da empresa para o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), apresentada no último dia 9.

A direção da empresa propôs um reajuste salarial de 1% acima da inflação. No entanto, os trabalhadores reivindicam ganho real de 3% e mais 3,8% de reposição referente às perdas salariais passadas. Os petroleiros também reivindicam equiparação entre as tabelas salariais da Petrobrás e das subsidiárias.

"A reconstrução do sistema Petrobrás passa necessariamente pela valorização dos petroleiros e pela humanização das relações de trabalho. O indicativo para as assembleias, portanto, é de rejeição da 2ª contraproposta", afirma o coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar".

Em documento conjunto, as entidades dos trabalhadores afirmam que "é inadmissível uma empresa que enriqueceu acionistas sem qualquer compromisso com o desenvolvimento e a soberania nacional continuar sacrificando os trabalhadores para garantir a lucratividade dos que se apropriam da riqueza coletiva".

Entre as atividades agendadas pelos petroleiros estão paralisações no dia 27 de outubro nas operações de refino e em usinas termoelétricas; paralisação nas subsidiárias da Petrobrás no dia 30 e paralisação nas operações de exploração e produção no dia 31 de outubro.

Após mobilização do sindicato, Justiça suspende terceirização de serviços do Metrô de SP

O Sindicato dos Metroviários de São Paulo conseguiu uma vitória parcial contra os planos privatistas do governador Tarcísio de Freitas na quebra de braço judicial para suspender o pregão de terceirização e concessão de serviços nas estações do Metrô.

Na sexta-feira (6), o sindicato conseguiu uma liminar que suspendia o pregão de terceirização de serviços, marcado para esta terça-feira (10). Logo depois, a juíza Ana Paula Scupino Oliveira, da 23ª Vara do Trabalho de São Paulo, atendendo a um mandado de segurança do Metrô, decidiu pela manutenção do pregão, porém suspendeu os efeitos do leilão de licitação até que sejam analisados os questionamentos feitos pelo sindicato.

Quer dizer, o pregão até pode ocorrer, mas seu efeito fica suspenso até que seja avaliado se o tipo de contratação proposto pelo governo do estado seria válido sem concurso público.

"A intenção do Metrô era muito nítida: substituir empregados públicos concursados por trabalhadores contratados por uma empresa terceirizada, já que o edital de licitação previu que a vencedora do pregão seria responsável por executar exatamente as mesmas funções do OTM1 [atendimento nas estações]", afirmou o sindicato.

De acordo com a juíza, os efeitos da licitação estão suspensos até que se discuta "se a utilização de serviços terceirizados no caso em análise mostra-se como válvula de escape à realização de concursos públicos, com vistas a contornar a regra do artigo 37, II da Constituição Federal", conforme argumenta o sindicato.

Para a juíza Lucy Guidolin Brisolla, do Tribunal Regional do Trabalho, que atendeu ao sindicato e havia suspendido o pregão, "a contratação de trabalhadores para exercer função idêntica ao que está previsto no plano de cargos e salários, sem concurso, é inconstitucional".

'Contribuição a sindicato deve ser vista como acordo coletivo e não individual'

Rafa Neddemeyer/Agência Brasil

Luiz Marinho, ministro do Trabalho, falou sobre a contribuição asistencial

Para ministro do Trabalho, Luiz Marinho, a contribuição assistencial é responsabilidade de todos que se beneficiam de conquistas

O Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, defendeu, nesta segunda-feira (9), a necessidade de se garantir que as entidades representativas dos trabalhadores tenham estrutura e autonomia para defender suas pautas, beneficiando filiados e não filiados. A declaração foi feita durante debate na Comissão de Direitos Humanos no Senado Federal.

"No Brasil, um acordo fechado vale para trabalhadores associados e não-associados. Não é justo que os não-associados participem do resultado e não deem nenhuma contribuição", afirmou Marinho.

De acordo com Marinho, o governo não defende o retorno da contribuição como era antes da "reforma" trabalhista, mas que é preciso criar um mecanismo de financiamento dos sindicatos, definido por meio de assembleia de cada categoria. O ministro salienta que os trabalhadores, associados ou não, se beneficiam das conquistas dos sindicatos e, portanto, precisam contribuir com a categoria.

"O síndico vem e diz que precisa fazer uma melhoria e reúne a assembleia. A assembleia aprova ou não aprova o investimento. Se aprovar, tem rateio. 'Ah, mas eu não quero, não vou pagar, sou contra' [um morador pode dizer]. Ele pode não pagar? Não pode", disse.

Para Marinho, é preciso entender a questão como um "acordo coletivo", e não individual. Todos os trabalhadores terão a opção de se opor aos valores propostos pelos sindicatos nas assembleias promovidas pelas centrais sindicais.

A "reforma" trabalhista aprovada no governo de Michel Temer, em 2017, além de destruir os direitos trabalhistas, também enfraqueceu as estruturas de luta dos trabalhadores ao tentar pôr fim nas entidades sindicais por meio de inanição. O resultado da reforma foi uma desgraça para a organização sindical, com a falência dos sindicatos, federações, confederações e centrais como entidades autônomas. O ataque resultou na queda da arrecadação das entidades laborais de R$ 1,47 bilhão para R$ 12,5 milhões (-98%).

Enquanto os sindicatos dos trabalhadores perdem sua capacidade de organização, os patronais arrecadam, via Receita Federal, R$ 13,5 bilhões de reais pelo sistema "S". Para o ministro, quem é contra os trabalhadores que defendam essa posição, quem quer os "trabalhadores massacrados, com as entidades fracas, que não conseguem representar? Quem é contra [os trabalhadores] têm que assumir essa posição. Para mim esse é o debate", declarou.

Durante reunião do Grupo de Trabalho formado para discutir a reforma sindical, realizada no último dia 5, Marinho, defendeu que uma das possibilidades é que as entidades patronais que hoje comandam o "Sistema S" poderem dividam a gestão e os recursos que recebem com sindicatos.

Fotos: Sintaema

Ato em Botucatu repudia privatização da Sabesp: "Momento é de união pelo saneamento público"

Trabalhadores da Sabesp de Butucatu, sindicatos, parlamentares, moradores e o próprio prefeito da cidade realizaram uma grande mobilização na quinta-feira (12) contra os planos do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, de privatizar a empresa de saneamento que atua em 375 municípios do estado e garante saneamento e esgotamento sanitário para 30 milhões de paulistas.

Atendendo ao chamado do Sintaema (Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo) e do Fórum de Entidades da Sabesp, os participantes fizeram um abraço simbólico na unidade da Sabesp do município.

"O ato realizado neste dia mostra que a cidade está ao lado da luta contra a privatização e reconhece os serviços prestados pela Sabesp. A companhia é lucrativa, oferece serviços de qualidade e entrega uma conta d'água com preços justos", afirmou o presidente do Sintaema, José Faggian, denunciando as mentiras alardeadas pelo governador Tarcísio de Freitas para justificar a privatização da empresa.

O prefeito Mário Pardini, ex-superintendente da empresa, reafirmou mais uma vez seu repúdio ao projeto de privatização da Sabesp, e conclamou os prefeitos da região a fortalecerem a luta.

"Sempre fui contra a privatização da Sabesp e vou ser sempre desse jeito. A imensa maioria está unida aqui para trabalhar para que a Sabesp continue sendo pública", disse Pardini. "Esse é um tema sensível e a gente tem que ter a sabedoria de aglutinar, não de espalhar. E unir em torno de um tema central, a não privatização da Sabesp", afirmou.

Em setembro, o Sintaema e o Fórum de Entidades da Sabesp encaminharam uma carta aos prefeitos e também presidentes das câmaras municipais do Estado enumerando as desvantagens da privatização da Sabesp. Entre elas, o enfraquecimento e a perda de autonomia dos municípios.

Servidores reforçam mobilização por reajuste e convocam ato para 8/11

Depois de uma ampla mobilização no início de outubro por reajuste salarial em 2024, contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020 (a chamada "reforma" administrativa), e valorização e recomposição de quadros por meio de concursos públicos, os servidores públicos federais se organizam para mais uma rodada de lutas nos próximos dias 7 e 8 de novembro.

A Plenária Nacional dos servidores, organizada pelo Fonasefe, Fonacate e Centrais Sindicais, no último dia 7, definiu por uma nova jornada de mobilizações para pressionar o governo por maior celeridade nas mesas setoriais e também na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), no processo por melhores condições de trabalho e em defesa dos serviços públicos.

"A construção de um calendário de luta unificado é muito importante para fortalecer os processos de mobilização dos servidores federais. Por isso, é hora de construir assembleias de bases e organizar a agenda de luta unificada", afirmam as entidades.

Conforme o encontro, que reuniu também várias entidades de base, ficou definido que no dia 07/11 haverá mais uma Plenária Nacional Unificada dos Servidores Públicos (presencial) em Brasília, e, no dia 8, paralisação nacional da categoria com caravanas a Brasília.

"A luta por recomposição salarial, reestruturação de carreiras, equiparação dos benefícios, revogaço e contra a PEC 32 continua", afirmam as entidades.

Judeus condenam o “genocídio dos palestinos” em ato realizado em NY

Vídeo

”Não em nosso nome”, afirmam os judeus na manifestação em Nova Iorque

Na manifestação realizada por, organizações judaicas norte-americanas, os participantes repudiaram o massacre em Gaza e pediram cessar-fogo imediato

Em manifestação de judeus de Nova Iorque contra o cerco e bombardeio israelenses na Faixa de Gaza, um membro da comunidade fez candente denúncia do genocídio em curso.

“Em uma prisão a céu aberto moram 2,2 milhões de pessoas. E quase metade delas são crianças.

“Essa pessoas estão agora sem comida e sem água. Sem eletricidade e sem combustível.

“E estão sob bombardeio. Contra elas está caindo fósforo branco [um tipo de arma banida por lei].

“Eles estão cercados em Gaza.

“Isto é um genocídio. Isto é um genocídio.

“Como judeus de Nova Iorque, estamos aqui para dizer: NÃO EM NOSSO NOME.

O orador repete cadenciado, “não em nosso nome” e todos os presentes na manifestação o acompanham.

Mais de mil judeus que vivem em Nova Iorque se concentraram na praça Times Square, ao entardecer do dia 13.

No ato, contra o massacre perpetrado sob o comando de Benjamin Netanyahu, os judeus novaiorquinos tiveram o apoio e a presença de norte-americanos de outras religiões e origens, a exemplo do norte-americano filho de palestinos, Amir Fattah, que relatou que desde os acontecimentos do dia 7 de outubro, com a entrada dos elementos do Hamas em Israel e a subsequente reação de cunho nazista perpetrado pela força de ocupação israelense, tem acompanhado os desdobramentos pela TV ao lado dos pais e “assistem as notícias e choram”.

“As lágrimas são o que nos socorre”, disse Amir. Ele disse que não contou aos familiares que viria ao ato dos judeus pois “eles ficariam preocupados”.

Antes da concentração na Times Square, um grupo de judeus marchou desde o Brooklin até a casa do líder da maioria no Senado, Chuck Schumer para exigir que os Estados Unidos atue por um imediato cessar-fogo. Eles rezaram o Kaddish, uma oração dedicada aos falecidos, diante da residência do senador.

Já na praça Times Square, Morgan Bassichis, um dos organizadores da manifestação, que integra a organização “Voz Judaica pela Paz”, fez um pronunciamento no ato para também sublinhar: “Como novaiorquinos judeus estamos aqui para dizer ‘não em nosso nome’”.

“Nós perdemos vidas israelenses e palestinas”, ressaltou.

Muitos dos manifestantes erguiam cartazes dizendo “Judeus contra o apartheid”, “Não em nosso nome”, “Não mais armas para Israel”. Também foi aberta uma faixa no ato afirmando “Judeus descendentes de sobreviventes do Holocausto contra o apartheid israelense”.

Louisa Solomon, uma estudante da Escola Rabínica, moradora do bairro de Queens, veio com os filhos, Rosie (de seis anos) e Reuben (de quatro anos) dizendo que os trouxe para “ensinar a eles o tipo de judaismo que eu quero implementar enquanto rabina e para junto cm eles tomar parte em um ato junto com aqueles que se opõem ao genocídio dos palestinos e apóiam um futuro melhor”.

“Vim para ouvir o que as pessoas presentes estão exigindo e o que tenho escutado é que todos aqui pedem um cessar-fogo”.

Na segunda-feira, 16, houve um novo ato com a participação de judeus, desta vez em Washington, diante da Casa Branca.

Na manifestação, organizada pela “Voz Judaica pela Paz” e pelo grupo “IfNotNow”. dezenas de judeus se sentaram para bloquear a entrada da sede da Presidência e exigir do governo que demande um cessar-fogo em Gaza.

Mais de 30 foram presos pela polícia e agentes do serviço secreto norte-americano “por bloqueio da entrada da Casa Branca’, como declarou o porta-voz da polícia, Steve Kopek.

Também neste segundo ato, os judeus presentes cantaram canções judaicas e recitaram a oração Kaddish.

O diretor de Comunicação da organização “Voz Judaica pela Paz”, Matan Arad-Neeman, destacou que “muitos de nós estamos de luto. Temos entes queridos que foram sequestrados e mortos, mas estamos também com muita raiva ao ver que nossa dor foi usada como arma para levar a cabo um genocídio em Gaza”.

“Não permitiremos que a nossa dor seja usada para provocar mais violência e criar mais luto entre israelenses e palestinos”, acrescentou Arad.

“Todos nós aqui temos a esperança e rezemos para um futuro em que palestinos e israelenses possam viver livres do medo e em verdadeira igualdade e justiça. Por isso estamos aqui”, concluiu Matan Arad.

Londrinos tomam as ruas contra o “criminoso bombardeio” perpetrado na Faixa de Gaza

Robin van Lonkhuisen

Ingleses exigem “criação do Estado Palestino soberano”

Milhares de manifestantes saíram às ruas do centro de Londres neste sábado (14) em apoio ao povo palestino e em repúdio aos bombardeios das forças israelenses à Faixa de Gaza e ao cerco que priva mais de dois milhões de pessoas do acesso à água, luz, comida, combustível e medicamentos. Os manifestantes agitaram faixas e bandeiras da Palestina e entoaram palavras de ordem em apoio à criação do Estado Palestino soberano e pelo fim da ocupação israelense da Palestina.

A manifestação passou por Downing Street, sede do gabinete do premiê Rishi Sunak, quando foram ouvidos comentários de desaprovação ao chefe do governo inglês.

Manifestações semelhantes ocorreram em outras cidades do Reino Unido, entre as quais, Manchester e Edimburgo.

No início da semana, a chefe do Ministério do Interior britânico, Suella Braverman, apelou às forças de segurança para reprimirem a agitação nas ruas em meio à escalada das forças israelenses em Gaza, o que não impediu as manifestações.

O protesto deste sábado foi liderado pelas organizações Campanha de Solidariedade com a Palestina, Amigos de Al-Aqsa, Coligação “Stop the War”, Associação Muçulmana da Grã-Bretanha, Fórum Palestino na Grã-Bretanha, Campanha para o Desarmamento Nuclear, além de sindicatos e torcidas de futebol.

O objetivo é mostrar “solidariedade com a Palestina e exigir que Israel ponha fim à ocupação das terras palestinas e ao regime de ‘apartheid’ sobre o povo palestino”, afirmaram organizadores do protesto.

A concentração começou em frente ao Consulado-Geral de Portugal em Londres e à estação de televisão pública britânica BBC, cujo edifício foi salpicado com tinta vermelha durante a noite por um grupo pró-palestino.

O protesto transcorreu de forma pacífica, com a participação de muitas famílias empurrando crianças em carrinhos de bebê ou com filhos nos ombros.

Jakir Husain acompanhou a marcha com o filho de cinco anos, que segurava um cartaz escrito em árabe onde exigia a Israel para sair dos territórios ocupados.

“Já tinha vindo a outras manifestações, mas desta vez estão aqui mais pessoas. Temos de pôr pressão em Israel para acabar com o cerco a Gaza”, disse à agência Lusa.

Um manifestante britânico, que não se quis identificar, afirmou que era importante enviar uma mensagem às autoridades britânicas para não darem apoio militar a Israel.

Manifestantes em Amsterdã condenam os ataques israelenses contra civis

Justin-Tallis/AFP

Cartazes cobram o “fim do terrorismo de Israel”

15 mil pessoas participaram, em Amsterdã, capital da Holanda, de uma manifestação contra os ataques de Israel ao povo palestino e defendendo a paz.

O ato começou às 14h do domingo (15) na Praça Dam, no centro histórico da cidade e foi encerrado no Westpark, em um trajeto de aproximadamente 2,5 quilômetros.

Os manifestantes pediam “Palestina Livre” e carregavam cartazes dizendo “parem com a matança”, se referindo aos ataques de Israel contra o povo palestino, que já deixou 3 mil pessoas mortas, das quais pelo menos 1000 são crianças.

Outro cartaz dizia que “a luta pela liberdade não é terrorismo”.

Segundo o jornal holandês NOS, a própria polícia de Amsterdam indicou que 15 mil pessoas estavam presentes no ato.

Os organizadores do ato afirmam que um dos objetivos é fazer com que os palestinos “sejam vistos como pessoas. A manifestação é sobre a sua humanidade e os seus direitos”.

O Centro Euro-Mediterrânico para a Migração e o Desenvolvimento (EMCEMO), que trabalha pelos direitos dos imigrantes e refugiados na Holanda, ressaltou que “a nossa manifestação é contra as políticas repreensíveis do governo israelita de extrema-direita, mas não contra os judeus. Estamos nos manifestando pela liberdade e pelos direitos dos palestinos”.

Uma das participantes, Marta, uma polonesa de 32 anos que mora em Roterdã, disse ao jornal que foi para a manifestação “para apoiar a Palestina”.

“Tenho a sensação de que não há apoio, enquanto em Gaza há quase um genocídio em curso. Isso é terrível. Também já me manifestei pela Palestina na Polónia antes. Quero que os palestinos vejam que há pessoas que os apoiam. Espero que isso lhes dê força”.

Lauryn, de 24 anos, relatou que “o Ocidente não defende o suficiente os direitos das pessoas de lá. Sinto tristeza e dor pelas vítimas inocentes Espero que possamos ser uma voz para as pessoas em Gaza que já não conseguem fazer ouvir as suas vozes devido à desconexão da internet e da electricidade”.

Um homem chamado Ragim, de 50 anos, disse não entender “por que a história se repete. Na Segunda Guerra Mundial, os judeus foram as vítimas e agora parece que os palestinos são as vítimas. Parece que não estamos aprendendo com a história”.

O conflito na região estourou no sábado (7), com um ataque do Hamas contra Israel, que sucedeu a um ano de fortalecimento de políticas coloniais e violentas por parte do governo israelense, chefiado por Benjamin Netanyahu.

Desde então, segundo o Ministério da Saúde da Palestina, mais de 2.700 palestinos foram mortos pelo Exército israelense.

Manifestação diante da Casa Branca diante da Casa Branca

Manifestações em Washington, Los Angeles e Seattle exigem “cessar-fogo imediato” e fim do bloqueio de água e alimentos a Gaza

A concentração, neste domingo (15), reuniu milhares diante da Casa Branca exigindo “Palestina Livre”, “Fim da ocupação” e “Cessar-fogo, já”. “Nos reunimos hoje sob os pingos da chuva enquanto os palestinos em Gaza enfrentam a queda de mísseis sobre suas casas. Este ato de genocídio que testemunhamos em tempo real, sob total luz verde da Casa Branca, aqui, diante de nós, é uma vergonha”, afirmou um dos oradores, Taher Herzallah.

Outra grande concentração aconteceu em Los Angeles, assim como em outras cidades dos Estados Unidos, a exemplo de Seattle.

Em diversas universidades, também houve manifestações contra a agressão israelense a Gaza, sendo a da Universidade de Columbia, em Nova Iorque, a que reuniu o maior número de estudantes.

Manifestação na Universidade de Columbia em Nova Iorque (vídeo)

Na Universidade de Harvard os manifestantes condenaram os “abusos contra os direitos humanos e o genocídio em curso do povo palestino”. Também se manifestaram os estudantes da Universidade de Washington.

Arquivo

”Pregam misticismo e superioridade racial”

Albert Einstein denunciou o terrorismo israelense e o genocídio do povo palestino

ALBERT EINSTEIN

Ao final dos anos 1940, o nascente Estado Israel já praticava ações genocidas contra os palestinos, algumas das atrocidades não passaram desapercebidas por Albert Einstein, o maior físico do século XX, e outros intelectuais judeus, como registrou a revista Jacobin. Atrocidades que foram denunciadas em carta ao jornal The New York Times. “O artigo se tornou terrivelmente profético sobre o problema do fascismo no país e a colaboração dos Estados Unidos”, diz a revista. O que Einstein não sabia era que Begin viraria primeiro-ministro de Israel e seu partido teria, como legado, levar ao poder Netanyahu, hoje no comando da limpeza étnica perpetrada neste momento em Gaza

Aos editores do New York Times

Entre os fenômenos políticos mais perturbadores do nosso tempo está a emergência, no recém-criado Estado de Israel, do Herut, o “Partido da Liberdade”, agremiação política fortemente aparentada, em sua organização, métodos, filosofia política e apelo social, a outras organizações políticas nazistas e fascistas. O partido se formou a partir de membros e seguidores da antiga Irgun, na Palestina, uma organização terrorista, de direita e chauvinista.

A atual visita de Menachem Begin, seu líder, aos Estados Unidos, é obviamente calculada para dar a impressão de haver suporte estadunidense nas eleições israelenses que estão por vir e firmar laços políticos com elementos sionistas conservadores nos Estados Unidos. Muitos estadunidenses de prestígio emprestaram seus nomes para dar boas-vindas ao político. É inconcebível que aqueles que se opõem ao fascismo no mundo, se estiverem corretamente informados sobre o histórico e as perspectivas políticas do senhor Begin, possam associar seus nomes e dar apoio ao movimento que ele representa. Antes que danos irreparáveis sejam feitos por meio de contribuições financeiras e manifestações públicas favoráveis a Begin, e que se crie na Palestina a impressão de que um grande setor nos Estados Unidos apoia elementos fascistas em Israel, o público estadunidense deve ser informado do histórico e dos objetivos do senhor Begin e de seu movimento.

As declarações públicas do partido de Begin não servem como guia para o real caráter da organização. Hoje os membros do partido falam em liberdade, democracia e anti-imperialismo, ao passo que, até pouco tempo atrás, pregavam abertamente uma doutrina de Estado fascista. É em suas ações que o partido terrorista denuncia seu verdadeiro caráter; por meio de seus atos passados é possível julgar o que podemos esperar que ele faça no futuro.

ATAQUE A UMA VILA ÁRABE

Um exemplo chocante foi a conduta que o grupo teve em Deir Yassin. Essa vila, que fica afastada das principais estradas e cercada por terras judaicas, não se envolveu na guerra, e até combateu bandos árabes que queriam usá-la como base. Em 9 de abril (segundo o New York Times), bandos terroristas atacaram esse lugar pacífico que não era um objetivo militar no conflito, assassinaram a maior parte de seus habitantes – 240 homens, mulheres e crianças –, e mantiveram alguns deles vivos para que desfilassem como prisioneiros pelas ruas de Jerusalém. A maior parte da comunidade judaica ficou horrorizada com tal ato, e a Agência Judaica enviou um telegrama pedindo desculpas ao rei Abdullah, da Transjordânia. Mas os terroristas, longe de se envergonhar por seus feitos, ficaram orgulhosos do massacre, divulgando-o amplamente, e convidaram todos os correspondentes estrangeiros presentes no país a ver o amontoado de cadáveres e a devastação generalizada na vila.

O incidente de Deir Yassin exemplifica o caráter e os atos do Partido da Liberdade.

No interior da comunidade judaica, os integrantes do partido vêm pregando uma mistura de ultranacionalismo, misticismo religioso e superioridade racial. Assim como outros partidos fascistas, eles estão esmagando greves e fazendo pressão para a destruição de sindicatos. Em proveito próprio, propuseram a criação de sindicatos corporativistas no modelo fascista italiano.

Durante os últimos anos de violência antibritânica esporádica, os grupos Irgun e Stern inauguraram um reino de terror na comunidade judaica da Palestina. Professores foram espancados por proferirem falas contrárias a esses grupos, e adultos foram fuzilados por não permitirem que crianças se juntassem a eles. Usando de métodos criminosos, espancamentos, depredação de janelas e saques, os terroristas intimidaram a população e lhes extorquindo pesados espólios.

Os integrantes do Partido da Liberdade não tiveram participação nas conquistas construtivas na Palestina, não recuperaram qualquer terra, não construíram assentamentos, apenas prejudicaram a atividade de defesa judaica. Suas muito divulgadas iniciativas de imigração foram pontuais, e dedicadas principalmente a trazer compatriotas fascistas.

DISCREPÂNCIAS

A discrepância entre as reivindicações ousadas que agora são feitas por Begin e seu partido e o histórico de sua performance na Palestina sustenta a impressão de que não se trata de um partido político comum. Ele possui a marca inconfundível de uma agremiação fascista que tem o terrorismo (contra judeus, árabes e britânicos, na mesma medida) e a manipulação com meios para atingir o objetivo de tomar o Estado. Sob a luz das considerações expostas acima, é imperativo que a verdade sobre o senhor Begin e seu movimento se torne conhecida neste país. É ainda mais trágico que a liderança máxima do sionismo estadunidense tenha se recusado a fazer campanha contra os esforços de Begin, ou até mesmo a expor a seus próprios componentes os perigos que Israel corre ao apoiá-lo.

Os abaixo-assinados vêm apresentar publicamente alguns fatos relevantes que dizem respeito a Begin e seu partido, bem como a urgência de exortar todos os interessados a não apoiar esta manifestação mais recente do fascismo.

Ataques israelenses mataram 700 crianças em Gaza, afirma Unicef

Como em 1948, palestinos deixam seus lares sob terror israelense (Mohammed Abed-AFP)

Deslocamento forçado em Gaza "é crime contra a Humanidade", denuncia Comissão de DH da ONU

A relatora especial da ONU para os direitos humanos das pessoas deslocadas internamente, Paula Gaviria Betancur, pediu que Israel "revogue imediatamente" a sua ordem para que 1,1 milhões de palestinos abandonem o norte de Gaza no prazo de 24 horas.

A especialista colombiana afirmou que a pretensão israelense é "um crime contra a humanidade" e lembrou que ameaças deste tipo são proibidos pelo direito humanitário internacional.

"Estamos horrorizados com a perspectiva de que mais de um milhão de palestinos sejam forçados a se juntar às mais de 423 mil pessoas que já foram expulsas de seus lares pela violência durante a semana passada", expressou.

"O sistema humanitário em Gaza já está no limite. As infra-estruturas de Gaza foram devastadas por bombardeios indiscriminados aéreos, terrestres e marítimos, e as pessoas atualmente deslocadas não têm para onde ir", frisou Gaviria Betancur.

"Triplicar a população deslocada da noite para a manhã dizimará e perturbará permanentemente a população civil de Gaza", alertou.

Em 12 de outubro, sem respeitar os mínimos direitos humanos da população, Israel solicitou à Organização das Nações Unidas (ONU) que deslocasse 1,1 milhões de civis do norte para o sul da Faixa de Gaza em 24 horas, em momentos em que já se registravam as primeiras incursões terrestres israelenses na zona palestina e em que as forças terrestres se retiravam para as fronteiras.

CERCO DESUMANO

A relatora especial destacou que os profissionais humanitários em Gaza enfrentam um aumento esmagador das necessidades num contexto de ataques a instalações e trabalhadores de saúde, ameaças contra trabalhadores humanitários e "um cerco draconiano" que cortou o acesso a água, combustível, medicamentos e eletricidade, comunicações e suprimentos humanitários essenciais.

A especialista colombiana também instou Israel a aderir ao direito internacional. "Gostaria de lembrar a Israel que a observância do direito internacional é obrigatória, e não opcional, durante qualquer conflito. Para esse fim, apelo ao estrito respeito pelo direito humanitário internacional e pelas suas disposições, incluindo o acesso humanitário irrestrito aos necessitados, a cessação dos ataques indiscriminados contra civis e o fim do deslocamento forçado de populações e do bloqueio", assinalou.

O Ministro da Defesa de Israel, Yoav Gallant, afirmou em 10 de outubro que o seu país pretende levar a cabo uma "ofensiva total e sem restrições" na Faixa de Gaza e inclusive o fornecimento de eletricidade e alimentos à população continua interrompido, uma decisão que foi apoiada pelos Estados Unidos.

Passando por cima deste clamor mundial, o Ministério da Energia de Israel confirmou que continuará a manter Gaza sem serviços básicos, como eletricidade, água e combustível.

Desde 7 de outubro, 11 trabalhadores da Agência das Nações Unidas para os Refugiados da Palestina (UNRWA, por suas siglas em inglês) morreram em consequência dos bombardeios israelitas na Faixa de Gaza, segundo a ONU.

Enquanto isso, apoiando e sustentando a agressão bárbara de Israel, os Estados Unidos e o Reino Unido continuam enviando equipamento militar para as fronteiras de Israel. Washington especificamente já enviou dois porta-aviões para o Mediterrâneo Oriental como uma advertência de 'dissuasão' para todos os que se opõem à política de Israel. Além disso, o país norte-americano também entregou massiva quantidade de munição às forças de ocupação israelenses.

"SITUAÇÃO DAS CRIANÇAS"

"A situação das crianças em Gaza é catastrófica e centenas de crianças foram assassinadas", informou a diretora executiva da UNICEF, Catherine Russell.

A diretora norte-americana também exigiu um cessar-fogo imediato, o cumprimento das regras de guerra e o acesso humanitário. "Todas as crianças, em todos os lugares, devem ser protegidas em todos os momentos", sublinhou.

A UNICEF reforçou também a denúncia de que "as crianças e as famílias de Gaza ficaram praticamente sem comida, água, eletricidade, medicamentos e acesso seguro a hospitais, após vários dias de hostilidades e cortes em todas as rotas de abastecimento".

O número de palestinos mortos pelos bombardeios israelitas aumentou este sábado para 2.215, entre os quais 724 são crianças e 458 mulheres, segundo o Ministério da Saúde de Gaza.

Said Khatib/AFP

Crianças da família Abu Quta, mortas em ataque a Rafah, no sul da Faixa de Gaza

"A matança de crianças tem de acabar. Os hospitais estão totalmente sobrecarregados e 2.450 crianças foram feridas desde o sábado (7)", acrescenta o informe do Fundo das Nações Unidas para a Infância

A porta-voz da Unicef, Sara Al Hattab, afirmou à rede de TV CNN, que mais de 700 crianças foram mortas na Faixa de Gaza e outras 2.450 foram feridas desde o sábado (7), quando o conflito entre o Hamas e Israel teve início.

"De acordo com os últimos relatórios das autoridades de saúde locais e da mídia, pelo menos 2.215 palestinos foram mortos, incluindo mais de 700 crianças, e mais de 8.714 pessoas ficaram feridas, incluindo mais de 2.450 crianças", detalhou a porta-voz do Fundo das Nações Unidas para a Infância. da organização, neste sábado (14).

Na sexta-feira (13), um ataque na rota segura para saída dos palestinos em Gaza deixou 70 mortos, entre eles, muitas crianças e mulheres.

"A matança de crianças tem de acabar", disse o porta-voz da Unicef James Elder em um comunicado divulgado na sexta-feira (13). "As imagens e histórias são claras: crianças com queimaduras horríveis, ferimentos de morteiro e membros perdidos. E os hospitais estão totalmente sobrecarregados para tratá-las", denunciou Elder.

Anistia Internacional apresenta provas de que Israel usa bombas de fósforo branco

A Anistia Internacional apresentou no sábado (14) provas que põem por terra a declaração das forças de ocupação israelenses de que não usam bombas de fósforo branco em Gaza, cujo uso contra civis é proibido.

Na véspera, também a Human Rights Watch confirmou que a ocupação israelense utilizou bombas de fósforo branco nos seus ataques a Gaza e ao Líbano nos dias 10 e 11 de outubro.

Imagens obtidas pela Anistia Internacional mostram forças israelenses perto do assentamento de Sderot, em 9 de outubro, com projéteis de artilharia com o código D528 [documento de hiperlink página 39], que corresponde ao Código de Identificação do Departamento de Defesa dos EUA para cartuchos à base de fósforo branco.

"Categoricamente, não", havia mentido à CNN o porta-voz militar israelense, tenente-coronel Peter Lerner, quando indagado sobre o uso de bombas de fósforo branco, denunciado pela HRW.

Não é a primeira vez que as forças de ocupação israelenses utilizam armas proibidas internacionalmente contra civis, em violação do direito humanitário internacional. Usaram bombas de fósforo branco em 2006 contra civis libaneses, em 2008-2009 contra civis palestinos em Gaza, e novamente em 2014 contra civis em Gaza. Nas três guerras, Israel afirmou usar bombas de fósforo para "fins de iluminação".

Bombardeio israelense com fósforo branco no porto de Gaza, em 11 de outubro. (Mohammed Adeb/AFP)

A Human Rights Watch fundamentou suas afirmações com provas de vídeo provenientes do Líbano e de Gaza, que retratavam múltiplas explosões aéreas de fósforo branco disparado por artilharia sobre o porto da Cidade de Gaza e duas localidades rurais ao longo da fronteira ocupada entre a Palestina e o Líbano.

"QUEIMA ATÉ O OSSO"

O fósforo branco, em contato com o oxigênio do ar, acende instantaneamente e continua a queimar até acabar, o que é usado para bombas incendiárias. O fogo provocado pelo fósforo branco é extremamente difícil de extinguir.

Segundo um especialista citado pela HRW, "armas incendiárias causam queimaduras devastadoras, e de maneiras muito piores do que qualquer escaldadura padrão ou queimaduras de fogo".

Nas pessoas, o fósforo branco pode causar queimaduras profundas, até os ossos e até mesmo através deles, e pode reacender após o tratamento inicial, quando tem novo contato com o oxigênio.

O produto químico também pode entrar na corrente sanguínea se ficar em exposição prolongada com carne, envenenando órgãos como os rins, fígado e coração, e possivelmente causando falência múltipla de órgãos. A fumaça liberada pelo fósforo branco também pode danificar o sistema respiratório.

"Punição coletiva é crime", disse a ministra de Direitos Sociais da Espanha

Ministra Ione Belarra pediu à União Europeia que pare de colaborar com "o criminoso de guerra Netanyahu"

A ministra espanhola de Direitos Sociais, Ione Belarra, exortou a União Europeia a reavaliar sua colaboração com o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, a quem ela classificou como um criminoso de guerra. "Peço à União Europeia que pare de colaborar com um criminoso de guerra como Netanyahu e aja de forma independente, alterando sua retórica e suas ações", ressaltou.

"Hoje levantamos nossa voz para denunciar o genocídio planejado previamente por Israel na Faixa de Gaza, que deixa centenas de milhares de pessoas sem eletricidade, alimentos e água", afirmou a Ione Belarra ao exigir o respeito aos princípios de direito humanitário internacional que protegem os civis.

A ministra espanhola também condenou veementemente os ataques de Israel à população civil em Gaza, caracterizando-os como um castigo coletivo que viola gravemente o direito internacional e é considerado um crime de guerra.

O direito humanitário internacional proíbe ataques indiscriminados a civis e determina a proteção aos não combatentes em tempos de conflito. "Israel está bombardeando a população civil em Gaza, o que constitui um castigo coletivo e uma grave violação do direito internacional e um crime de guerra", concluiu.

"Corte de água na Faixa de Gaza ameaça a vida de dois milhões de palestinos", adverte a ONU

A falta de água em Gaza – sob o "cerco total" israelense – põe em perigo a vida de mais de dois milhões de pessoas em Gaza, advertiu a agência da ONU para os refugiados palestinos (Unrwa, na sigla em inglês). "Tornou-se uma questão de vida ou morte. É uma necessidade, o combustível deve ser fornecido a Gaza para que dois milhões de pessoas tenham acesso à água", afirmou o comunicado, citando o comissário-geral da agencia, Philippe Lazzarini.

A nota acrescenta que a água potável está acabando na Faixa de Gaza, depois da estação de tratamento e das redes públicas de água terem parado de funcionar. Hoje, continua ele, as pessoas são obrigadas "a usar água suja de poços, o que aumenta o risco de doenças transmitidas pela água".

O chefe da máquina de guerra israelense, Ioav Gallant, anunciou no início da semana o corte de água, eletricidade, comida e combustível a Gaza, sob o cerco total pelas tropas de Tel Aviv. O corte da eletricidade e do combustível impactou diretamente no fornecimento de água potável a população.

"Precisamos agora transportar combustível para Gaza. O combustível é a única forma de as pessoas terem água potável. Caso contrário, as pessoas começarão a morrer de desidratação grave, incluindo crianças pequenas, idosos e mulheres", sublinha a nota.

'A água é agora a última tábua de salvação restante. Apelo para que o cerco à assistência humanitária seja levantado agora", enfatizou Lazzarini.

Também o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom, denunciou a falta de acesso à água potável em Gaza como um sério risco de epidemias mortais.

"A falta de acesso à água potável é um risco imediato de surtos de doenças transmitidas pela água, que podem ser mortais para populações vulneráveis com acesso limitado ou inexistente a cuidados de saúde", publicou Adhanom na rede social X (antigo Twitter).

O comunicado da Unrwa assinala ainda que quase um milhão de pessoas foram desalojadas de suas casas em uma única semana em Gaza, e muitas se dirigiram para o sul, sob a ameaça das bombas israelenses e a ordem de evacuação.

Em 7 de Outubro, um ataque sem precedentes do grupo Hamas surpreendeu Israel, com milhares de foguetes disparados desde Gaza e incursão de milicianos nas áreas de fronteira com o enclave, que e visto no mundo inteiro como "a maior prisão a céu aberto do mundo", sob o apartheid israelense.

Em 9 de outubro, em revanche, Israel impôs um bloqueio total ao enclave palestino e na quinta-feira deu 24 horas para 1,1 milhão de civis fugirem do norte da Faixa, até o sul, próximo a fronteira com o Egito. Até mesmo o chefe da diplomacia europeia, Josep Borrell, viu "violação do direito internacional" nesse cerco total e, ainda, considerou "irrealista" o prazo de 24 horas para a população fugir para o sul.

Já passam de 3 mil os mortos nos dois lados do confronto e mais de 10 mil feridos. Civis israelenses foram mortos durante a incursão dos comandos do Hamas, inclusive em um festival de música. Ao longo de uma semana de bombardeios israelenses a Gaza, mais de 700 crianças palestinas foram mortas. E, somando as mulheres, são mais da metade dos mortos palestinos.

Há 56 anos Israel se recusa a cumprir com a resolução 242 da ONU, de devolução das terras árabes tomadas em 1967, e a cumprir com o direito dos palestinos ao seu próprio Estado soberano, com capital em Jerusalém Oriental. No lugar, o que os sucessivos governos israelenses fizeram foi ampliar e institucionalizar ao máximo o apartheid sobre os palestinos, na expectativa de perpetuá-lo, de crise em crise, ate a mais recente explosão, a agora em curso. Desde a "Nakba", são 75 anos.

Abed Rahim Khatib/Agencia Anadolu

Escombros após ataques em Rafah, na Faixa de Gaza

Observações sobre o racismo (parte 4)

Agência Brasil

Continuação da edição anterior

(...) Basear o movimento contra o racismo na identidade negra, negando a identidade nacional, é afundá-lo no elitismo – se isso, nos EUA, é uma tragédia que implica na submissão da massa dos negros, pior ainda no Brasil, país de maioria negra

CARLOS LOPES

HP ESPECIAL

É cansativo lembrar que o recurso a fontes não marxistas – e, mesmo, antimarxistas – faz parte da tradição do marxismo, avesso, por princípio, à estreiteza sectária. Mas, infelizmente, na confusão ideológica atual, esse lembrete não é supérfluo.

Nesse caso, Risério, intelectual ligado à Tropicália – e a Gilberto Gil, do qual foi diretor responsável pelos terreiros de candomblé, na Fundação Gregório de Matos, da Prefeitura de Salvador – deu uma contribuição importante do ponto de vista nacional.

Naturalmente, não será marxista aquele que mantiver um ponto de vista antinacional – sobretudo em um país dependente, em que a questão decisiva é, precisamente, o desenvolvimento nacional, a libertação nacional.

O combate ao racismo não tem sentido, senão, dentro desse processo de revolução nacional. Qualquer concepção que fuja, negue ou evite esse caminho nada tem de comum com o marxismo.

E apenas mencionaremos de passagem que não existe, da mesma forma, outro caminho para se chegar à revolução socialista que não seja através da revolução nacional.

13

Clóvis Moura, há muito, já advertira sobre uma das questões abordadas por Risério (e, aliás, já por Guerreiro Ramos) – a importação de modelos sociológicos dos EUA nas análises sobre o racismo:

"Muitos dos estudos que estão sendo feitos no Brasil (...) não partem de uma análise estrutural do escravismo, mas de uma visão analógica mais do que comparativa, tendo como referencial-modelo o sistema escravista nos Estados Unidos via autores como Genovese e outros da sua escola. A analogia, o fato analisado a partir de uma posição já aceita como matriz científica patenteada substitui a comparação daqui para lá, isenta de pressupostos preestabelecidos" (Clóvis Moura, **Dialética Radical do Brasil Negro**, 2ª edição, FMG/Anita Garibaldi, 2014, p. 47, itálico no original).

A primeira edição do livro de Moura é de 1994, há quase 30 anos. E, então, ele se estende mais sobre o tema:

"Esta posição influenciada – teórica e institucionalmente – da Sociologia e da História nos países do chamado Terceiro Mundo em relação às fontes culturais dos países desenvolvidos, vem sempre acompanhada de uma postura de subordinação ideológica. As perspectivas de análise, os projetos e a produção acadêmica que lhe dão conclusão coincidem com o circuito fechado do pensamento distribuído pelas instituições acadêmicas dessas nações hegemônicas. Esse processo deformador, reificador leva a se procurar analogias entre o produzido na matriz e a nossa realidade. Decorre, como já dissemos, uma ciência de semelhanças, de analogias, sem que as diferenças possam ser consideradas, as particularidades destacadas, as contradições analisadas e os diferenciais entre realidades diversas possam ser estabelecidos" (Clóvis Moura, **op. cit.**, pp. 47-48).

O autor ressalta as peculiaridades do escravismo no Brasil em contraposição aos EUA e liga a questão da "democracia racial" diretamente à questão da democracia em geral no Brasil:

"... não podemos ter democracia racial em um país onde não se tem plena e completa democracia social, política, econômica, social e cultural. Um país que tem na sua estrutura social vestígios do sistema escravista, com uma concentração fundiária e de rendas das maiores do mundo; governado por oligarquias regionais retrógradas e broncas; um país no qual a concentração de rendas exclui total ou parcialmente 80% da sua população da possibilidade de usufruir um padrão de vida decente; que tem 30 milhões de menores abandonados, carentes ou criminalizados não pode ser uma democracia racial.

"Quando democratizarmos, realmente, a sociedade brasileira nas suas relações de produção, quando os polos do poder forem descentralizados através da fragmentação da grande propriedade fundiária e o povo puder participar desse poder, quando construirmos um sistema de produção para o povo consumir e não para exportar, finalmente, quando sairmos de uma sociedade selvagem de competição e conflito, e criarmos uma sociedade de planejamento e cooperação, então, teremos aquela democracia racial pela qual todos nós almejamos" (Clóvis Moura, **op. cit.**, pp. 219-220).

Nessa época (1994), o problema identitário já era uma preocupação de Clóvis Moura, um dos mais importantes pensadores brasileiros, sobretudo quanto à situação do negro e ao racismo:

"O problema da *identidade* somente pode ser uma ferramenta política para aqueles grupos ou segmentos que têm uma mínima consciência de que está sem ela ou parcialmente a possuem. Isto é, a consciência lhe foi tirada ou parcialmente bloqueada. O que não acontece com o negro da plebe paulistana cujo universo de memória étnica é quase nenhum e cujo comportamento por mecanismos sociais inibidores cifra-se em atitudes de agressividade, de ansiedade pela sua posição social, pela disputa dramática dos espaços quase inexistentes para ele" (Clóvis Moura, **op. cit.**, p. 304, itálico no original).

Em outras palavras, basear o movimento contra o racismo na identidade negra, negando a identidade nacional, é afundá-lo no elitismo – se isso, nos EUA, é uma tragédia que implica na submissão da massa dos negros, pior ainda no Brasil, país de maioria negra.

Sobre isso, Moura jamais decola do terreno científico, isto é, marxista:

"O problema racial brasileiro, no particular do negro, como todos os problemas das sociedades divididas em classes, passa pelo problema das classes sociais e suas respectivas lutas e a ele estão subordinados, total ou parcialmente, consciente ou inconscientemente" (Clóvis Moura, **op. cit.**, pp. 308-309).

Mas qual é o problema das classes sociais (e de suas lutas) na sociedade brasileira? Esta especificidade é constituída pela questão nacional, pela luta de **todas** as classes interessadas em um Brasil soberano, para romper com as amarras de subordinação ao imperialismo:

"O problema do negro faz parte, pois, do problema nacional e dele não se desliga pelas suas particularidades, mas, pelo contrário, essas particularidades e especificidades devem ser incorporadas ao processo de transformação política, social e cultural da nação brasileira. Porque o problema do negro brasileiro **não é apenas o do racismo existente contra ele, como pretendem alguns segmentos da comunidade negra**, mas é um problema que passa pela sua integração social, econômica, cultural e psicológica ao seio da nação e à sua desmarginalização como cidadão. O esquecimento deste elemento atomiza muitos grupos negros que não têm uma visão abrangente do problema" (Clóvis Moura, **op. cit.**, p. 310, grifo nosso).

14

A jurista Michelle Alexander, ao expor, brilhantemente, a sucessão da vida dos negros nos EUA – da escravidão às leis Jim Crow (estabelecidas após a Guerra Civil deflagrada para abolir a escravidão); e, depois do movimento pelos direitos civis das décadas de 50 e 60 do século XX, que aboliu as leis Jim Crow, até o atual encarceramento em massa – nos dá o retrato do que podemos chamar, realmente, de racismo estrutural norte-americano (v. Michelle Alexander, **A Nova Segregação: racismo e encarceramento em massa**, trad. Pedro Davoglio, Boitempo, 2017).

Esta não é, entretanto, a situação do Brasil. Até porque a maior parte do encarceramento de negros em nosso país ocorreu em governos populares. Não tinha, portanto, ao contrário dos EUA, o objetivo de controlar a massa dos negros – e a população. E, se considerarmos que qualquer racismo, em qualquer parte do mundo, é "estrutural", nem por isso a questão estará resolvida, mas apenas diluída e confundida.

Não se trata de que no Brasil, também ao contrário dos EUA, jamais existiram, após a Abolição, leis racistas (aliás, nem no Império havia uma lei que tornasse a própria escravidão parte do sistema jurídico).

Mas essa questão não deveria ser subestimada ou desprezada. Existe alguma razão pela qual, nos EUA, as "leis Jim Crow" foram possíveis – e jamais consideradas, até o movimento dos direitos civis, como o que eram, uma aberração – enquanto no Brasil a legislação foi, sempre, basicamente antirracista.

É verdade que as leis brasileiras não significam que o racismo deixou de existir no país. Mas, precisamente, elas são, de todo modo, um reconhecimento de que o racismo existe – e precisa ser combatido. Na comparação com os EUA, são um sinal de que aqui o racismo não tem o mesmo caráter que lá, o que foi repetido por mais de um norte-americano que esteve por cá (o próprio termo "democracia racial" foi cunhado, como nota Risério, por estrangeiros que tomaram contato com o Brasil, ao fazer uma comparação com os seus próprios países).

Apesar disso, continuamos a importar critérios que somente são válidos para os EUA – e são aplicados mecanicamente ao nosso país. Embora, falar em "importação" é um modo impróprio de expressão. Melhor seria falar, como fizeram Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant, em "imperialismo cultural", ou seja, imposição cultural da matriz imperialista (cf. Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant, **Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista**, Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº 1, 2002, pp. 15-33).

O artigo de Bourdieu e Wacquant é de interesse pleno para o nosso assunto, mas nos deteremos apenas em alguns poucos trechos, referentes ao Brasil:

"A maior parte das pesquisas recentes sobre a desigualdade etno-racial no Brasil, empreendidas por americanos e latino-americanos formados nos Estados Unidos, esforçam-se em provar que, contrariamente à imagem que os brasileiros têm de sua nação, o país das 'três tristes raças' (indígenas, negros descendentes dos escravos, brancos oriundos da colonização e das vagas de imigração europeias) não é menos 'racista' do que os outros; além disso, sobre esse capítulo, os brasileiros 'brancos' nada têm a invejar em relação aos primos norte-americanos. Ainda pior, o racismo mascarado à brasileira seria, por definição, mais perverso, já que dissimulado e negado. É o que pretende, em *Orpheus and Power* (1994), o cientista político afro-americano Michael Hanchard: ao aplicar as categorias raciais norte-americanas à situação brasileira, o autor erige a história particular do Movimento em favor dos Direitos Civis como padrão universal da luta dos grupos de cor oprimidos. Em vez de considerar a constituição da ordem etno-racial brasileira em sua lógica própria, essas pesquisas contentam-se, na maioria das vezes, em substituir, na sua totalidade, o mito nacional da 'democracia racial' (tal como é mencionada, por exemplo, na obra de Gilberto Freyre, 1978), pelo mito segundo o qual todas as sociedades são 'racistas', inclusive aquelas no seio das quais parece que, à primeira vista, as relações 'sociais' são menos distantes e hostis. De utensílio analítico, o conceito de racismo torna-se um simples instrumento de acusação; sob pretexto de ciência, acaba por se consolidar a lógica do processo (garantindo o sucesso de livraria, na falta de um sucesso de estima)" (Bourdieu e Wacquant, **art. cit.**, p. 19).

(...)

"... Os norte-americanos são os únicos a definir 'raça' a partir somente da ascendência e, exclusivamente, em relação aos afro-americanos: em Chicago, Los Angeles ou Atlanta a pessoa é 'negra' não pela cor da pele, mas pelo fato de ter um ou vários parentes identificados como negros, isto é, no termo da regressão, como escravos. Os Estados Unidos constituem a única sociedade moderna a aplicar a *one-drop rule* e o princípio de 'hipodescendência', segundo o qual os filhos de uma união mista são, automaticamente, situados no grupo inferior (aqui, os negros). No Brasil, a identidade racial define-se pela referência a um *continuum* de 'cor', isto é, pela aplicação de um princípio flexível ou impreciso que, levando em consideração traços físicos como a textura dos cabelos, a forma dos lábios e do nariz e a posição de classe (principalmente, a renda e a educação), engendram um grande número de categorias intermediárias (mais de uma centena foram repertoriadas no censo de 1980) e não implicam ostracização radical nem *estigmatização* sem remédio. Dão testemunho dessa situação, por exemplo, os índices de segregação exibidos pelas cidades brasileiras, nitidamente inferiores aos das metrópoles norte-americanas, bem como a ausência virtual dessas duas formas tipicamente norte-americanas de violência racial como são o linchamento e o motim urbano. Pelo contrário, nos Estados Unidos não existe categoria que, social e legalmente, seja reconhecida como 'mestiço'. Aí, temos a ver com uma divisão que se assemelha mais à das *castas definitivamente definidas e delimitadas* (como prova, a taxa excepcionalmente baixa de intercasamentos: menos de 2% das afro-americanas contraem uniões 'mistas', em contraposição à metade, aproximadamente, das mulheres de origem hispanizante e asiática que o fazem) que se tenta dissimular, submergindo-a pela 'globalização' no universo das visões diferenciantes" (Bourdieu e Wacquant, **art. cit.**, p. 20, itálicos no original).

"Como explicar que sejam assim elevadas, tacitamente, à posição de padrão universal em relação ao qual deve ser analisada e avaliada toda situação de dominação étnica, determinadas 'teorias' das 'relações raciais' que são *transfigurações conceituais* e, incessantemente, renovadas pelas necessidades da atualização, de estereótipos raciais de uso comum que, em si mesmos, não passam de justificações primárias da dominação dos brancos sobre os negros? O fato de que, no decorrer dos últimos anos, a sociodiceia racial (ou racista) tenha conseguido se 'mundializar', perdendo ao mesmo tempo suas características de discurso justificador para uso interno ou local, é, sem dúvida, uma das confirmações mais exemplares do império e da influência simbólicos que os Estados Unidos exercem sobre toda espécie de produção erudita e, sobretudo, semi-erudita, em particular, através do poder de consagração que esse país detém e dos benefícios materiais e simbólicos que a adesão mais ou menos assumida ou vergonhosa ao modelo norte-americano proporciona aos pesquisadores dos países dominados" (Bourdieu e Wacquant, **art. cit**., p. 20-21, itálico no original).

(...)

"Poder-se-ia ainda invocar, evidentemente, o papel motor que desempenham as grandes fundações americanas de filantropia e pesquisa na difusão da doxa racial norte-americana no seio do campo universitário brasileiro, tanto no plano das representações, quanto das práticas. Assim, a Fundação Rockefeller financia um programa sobre 'Raça e Etnicidade' na Universidade Federal do Rio de Janeiro, bem como o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (e sua revista *Estudos Afro-Asiáticos)* da Universidade Candido Mendes, de maneira a favorecer o intercâmbio de pesquisadores e estudantes. Para a obtenção de seu patrocínio, a Fundação impõe como condição que as equipes de pesquisa obedeçam aos critérios de *affirmative action* à maneira americana, o que levanta problemas espinhosos já que, como se viu, a dicotomia branco/negro é de aplicação, no mínimo, arriscada na sociedade brasileira" (Bourdieu e Wacquant, **art. cit**., p. 21-22, itálicos no original).

Continua na próxima edição